BE NEWS

QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2026 | ANO V | Nº 1.473 | **TUDO O QUE MOVE O MERCADO** | DIRETOR-PRESIDENTE FABRÍCIO JULIÃO

portalbenews.com.br

INSIGHT Roberta Lopes: ataques digitais ameaçam infraestrutura e estabilidade social ▶**p3**

PAPO DE COMPLIANCE Selma Vasquez: governança perde força quando líderes não aceitam críticas ▶**p17**

Leopoldo Figueiredo

Comtiiva conhece projetos rodoviários e aeroportuários com veículos autônomos. Iniciativas visam atender mercado diante da falta de profissionais ▶**p4 e p5**

Divulgaçãor

Acordo entre Vports e Eneva abre caminho para novo polo de gás no ES

▶**p10**

INDÚSTRIA NAVAL BNDES aprova R$ 2,18 bilhões para construção de quatro navios em SC ▶**p7**

PORTOS Edital de concessão do canal de Itajaí deve ser publicado até dezembro ▶**p8**

AVIAÇÃO Governo inclui 13 aeroportos regionais no PPI e formaliza desestatização ▶**p110**

EDITORIAL

A integração entre portos e energia

O acordo firmado entre Vports e Eneva para instalar um complexo de gás natural no Porto de Barra do Riacho, em Aracruz, amplia as perspectivas de utilização da infraestrutura portuária do Espírito Santo. Mais do que reservar uma área para um novo empreendimento, os contratos aproximam duas atividades que dependem de planejamento de longo prazo: a logística de recebimento de combustível e a geração de eletricidade. O projeto prevê um terminal de gás natural liquefeito (GNL) e termelétricas com capacidade de 690 megawatts, cuja operação comercial deverá começar em agosto de 2031.

Para a Vports, o negócio representa uma oportunidade de diversificar o aproveitamento das áreas sob sua administração. A destinação de mais de 300 mil metros quadrados ao complexo indica que a atividade portuária pode atrair investimentos que vão além da movimentação convencional de cargas. Para a Eneva, a localização permite associar a chegada do gás por navios ao abastecimento das usinas, integrando diferentes etapas da cadeia logística. Essa combinação, porém, precisará demonstrar eficiência econômica e operacional ao longo da implantação.

O projeto também tem uma dimensão relevante para o sistema elétrico. As unidades foram contratadas no Leilão de Reserva de Capacidade, com compromissos de fornecimento de potência por 15 anos. Em um país com participação expressiva de hidrelétricas e crescimento das fontes eólica e solar, a disponibilidade de geração acionável conforme as necessidades do sistema contribui para a segurança do abastecimento. Esse papel não elimina, entretanto, a necessidade de avaliar os custos e as emissões associados ao uso do gás natural, especialmente diante dos compromissos de descarbonização assumidos pelo Brasil.

Há ainda a possibilidade de o terminal atender outros consumidores e empreendimentos, como projeta a Eneva. Trata-se de uma perspectiva comercial, não de um resultado assegurado pelo acordo. Sua concretização dependerá da demanda, dos preços do combustível, da infraestrutura de distribuição e das condições regulatórias. Da mesma forma, a estimativa de investimento de até R$ 5 bilhões, divulgada pela imprensa, deve ser tratada com cautela enquanto não houver confirmação das empresas e maior detalhamento do cronograma financeiro.

O horizonte de implantação também recomenda atenção. O início das operações está previsto para 2031, enquanto os direitos de utilização das áreas se estendem até o fim de 2046, conforme as condições contratuais. Entre a assinatura e a entrada em funcionamento, haverá etapas de licenciamento, engenharia, construção e integração das instalações portuárias e energéticas. O cumprimento desses marcos será fundamental para que os compromissos assumidos no leilão se traduzam em capacidade efetivamente disponível ao sistema elétrico.

Para o Espírito Santo, o acordo reforça a possibilidade de combinar infraestrutura portuária e projetos energéticos, aproveitando características já presentes na economia estadual. Seu alcance, contudo, dependerá da execução. O resultado mais duradouro não estará apenas na instalação das termelétricas, mas na capacidade de criar uma estrutura segura e economicamente sustentável, que atenda às necessidades do setor elétrico e, caso exista demanda, abra espaço para outras atividades ligadas ao gás natural. É nessa passagem do contrato à operação que a importância do empreendimento poderá ser efetivamente medida.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE
4 Japão avança em automação no setor de transportes

EDITORIAL
2 "A integração entre portos e energia"
INSIGHT
3 "Do congelador de supermercados à crise social: o alcance inesperado dos ataques cibernéticos", por Roberta Lopes da Cruz Antônio
BRASIL EXPORT
6 Japão prepara túnel subterrâneo para transporte autônomo de cargas
INDÚSTRIA NAVAL
7 BNDES aprova R$ 2,18 bilhões para construção de quatro navios em SC
TRANSPORTES | PORTOS
8 Edital de concessão do canal de Itajaí deve ser publicado até dezembro
Rondônia busca referências no Paraná para ampliar infraestrutura portuária
9 Simulado de vazamento de gás mobiliza equipes no Porto de Santos
10 Vports e Eneva fecham acordo para instalação de hub de gás natural no spírito Santo
TRANSPORTES | AVIAÇÃO
11 Governo inclui 13 aeroportos regionais no PPI e formaliza desestatização
INDÚSTRIA | OPINIÃO
12 "Sem autonomia, não há indústria forte", por Augusto Cesar Barreto Rocha
COMÉRCIO EXTERIOR
13 EUA devem encaminhar proposta sobre tarifas até semana que vem
HUB
14 Petrobras atinge capacidade máxima da plataforma P-78
POLÍTICA
14 Senado aprova PEC da Segurança sem mudar maioridade
15 Alcolumbre quer votar maioridade penal um dia depois da Câmara
Tereza Cristina mira presidência do Senado
16 Governo adia medida provisória com alíquotas do Imposto Seletivo
PAPO DE COMPLIANCE
17 "Quando a liderança precisa ter razão, a governança perde a voz", por Selma Culturati Vasquez
FINANÇAS
18 Focus prevê último corte da Selic e pausa até junho de 2027
Dólar sobe 0,74%, perto dos R$ 5,50
JUSTIÇA
19 Em audiência pública no STF, Fux defende que bets sejam banidas
20 Flávio tenta derrubar ordem de Moraes e afastá-lo do caso
Zambelli pede dinheiro em comunidade
INTERNACIONAL
21 EUA: democratas alcançam maioria no Senado e lideram na Câmara
22 Ameaças de bomba em sete voos fecham aeroportos na Europa
Groenlândia aprova acordo de segurança
VITRINE ESPECIAL
23 Bastidores da missão do Brasil Export no Japão, com a jornalista Diana Ribeiro

BE NEWS

Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor | Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editora-executiva | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design - Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa

O Jornal BE News é filiado à
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para **atendimento@portalbenews.com.br**

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News.
Para isso, inscreva-se em **www.portalbenews.com.br**

PUBLICIDADE
publicidade@redebenews.com.br

(11) 91615.1200

INSIGHT

ROBERTA LOPES DA CRUZ ANTONIO
Professora de Direito Digital e Civil na Universidade Católica de Santos (SP), advogada e consultora especializada em Direito Digital e Proteção de Dados, mestre em Direito da Segurança Nacional pela Georgetown University (EUA).
opiniao@portalbenews.com.br

DIREITO

Do congelador de supermercados à crise social: o alcance inesperado dos ataques cibernéticos

Na madrugada de 12 de outubro, centenas de supermercados franceses descobriram que seus sistemas de refrigeração haviam sido transformados em fontes de prejuízo. Em um ataque cibernético de grandes proporções, hackers manipularam remotamente equipamentos para elevar a temperatura de câmaras frias e congeladores a até 50 °C. O resultado foi a perda de toneladas de alimentos, danos materiais e incêndios em estabelecimentos de diferentes redes, incluindo Carrefour, Intermarché, Monoprix e outras grandes varejistas. As autoridades francesas abriram uma investigação, enquanto especialistas identificaram vulnerabilidades em sistemas de gerenciamento de refrigeração conectados à internet. Os responsáveis e suas motivações, entretanto, não haviam sido identificados.

Até que, nas primeiras horas do dia de 2 de novembro, uma nova onda de ataques cibernéticos atingiu sistemas de refrigeração de supermercados na Bélgica, Suécia e Irlanda, além de registros em outros países europeus. Na Bélgica, dezenas de estabelecimentos de redes como Delhaize, Carrefour, Intermarché e Spar foram afetados, levando à elevação da temperatura de câmaras frias e congeladores e à perda de produtos das prateleiras. Na Suécia, unidades das redes ICA e Coop também sofreram alterações não autorizadas nos sistemas de refrigeração, com temperaturas que chegaram a 50 °C em alguns equipamentos. Na Irlanda, 13 lojas da rede SuperValu tiveram seus sistemas comprometidos, exigindo a remoção preventiva de alimentos refrigerados e congelados. As ocorrências também foram registradas em Luxemburgo, Holanda e Estônia, entre outros países. Na Bélgica, a Procuradoria Federal abriu investigação, enquanto autoridades de segurança cibernética passaram a acompanhar os incidentes. Embora ainda não haja confirmação de que todos os episódios tenham sido coordenados pelos mesmos agentes, a repetição do método e a proximidade temporal com o ataque francês reforçam a preocupação com a exploração de vulnerabilidades em sistemas de refrigeração conectados à internet.

Esses acontecimentos nos levam a um assunto já discutido nesta coluna em algumas ocasiões: o risco cibernético às infraestruturas críticas. Imaginem o mesmo mecanismo aplicado a sistemas de refrigeração de cargas farmacêuticas, instalações portuárias, centros de distribuição ou terminais logísticos. Uma alteração remota de parâmetros pode comprometer mercadorias, interromper operações, gerar perdas contratuais e afetar o abastecimento de mercados inteiros. Em ambientes altamente conectados, um incidente aparentemente localizado pode produzir efeitos em cascata.

Mas o problema revela, ainda, uma outra nuance: a dos riscos existentes na cadeia de suprimentos. Isso porque os sistemas de refrigeração comercial frequentemente dependem de equipamentos, softwares e plataformas de gerenciamento desenvolvidos ou operados por fornecedores externos, que podem ter acesso remoto à infraestrutura de seus clientes para realizar manutenção, monitoramento e ajustes técnicos. Nesse cenário, uma vulnerabilidade na tecnologia de um fornecedor, uma falha em seus mecanismos de autenticação ou um acesso remoto inadequadamente protegido pode comprometer simultaneamente as operações de diferentes empresas. A segurança cibernética, portanto, precisa considerar a segurança dos produtos, serviços e conexões digitais dos terceiros dos quais ela depende.

De modo que devem as empresas incorporar a avaliação de riscos cibernéticos aos seus processos de contratação e gestão de fornecedores. Quando sistemas essenciais à operação empresarial são administrados remotamente por terceiros, não basta avaliar a qualidade técnica do serviço contratado ou sua eficiência operacional. É necessário verificar se o fornecedor adota controles adequados de segurança, como gerencia vulnerabilidades, protege seus mecanismos de acesso remoto e mantém procedimentos de atualização e resposta a incidentes. Essa preocupação deve alcançar, inclusive, os subcontratados que possam ter acesso à infraestrutura tecnológica e acompanhar toda a relação comercial, especialmente quando o fornecedor tem acesso a sistemas críticos ou dados relevantes para a operação. Esse procedimento já tem nomenclatura - e estrutura - própria e é cada vez mais utilizado em negócios B2B: é o Third-Party Cybersecurity Risk Management Clauses (Cláusulas de Gerenciamento de Riscos Cibernéticos de Terceiros).

Vale, também, refletir sobre a motivação da ação a partir dos seus desdobramentos: a crise gerada pelo episódio, com países recomendando à população que estocasse alimentos, evidencia como ataques dessa natureza podem produzir efeitos que ultrapassam os sistemas diretamente atingidos, alimentando o medo e a insegurança coletiva. Seria esse, afinal, um dos objetivos de ataques coordenados dessa natureza? Mais do que interromper operações comerciais, provocar instabilidade social, abalar a confiança nas instituições e gerar um sentimento de vulnerabilidade na população? Isso porque a destruição de alimentos e a interrupção de atividades essenciais podem repercutir sobre a segurança alimentar, a saúde e o acesso a bens indispensáveis. Em outros cenários, ataques contra redes elétricas, hospitais, sistemas de abastecimento de água ou infraestrutura de transportes podem ameaçar diretamente a vida e a integridade das pessoas. E é natural que situações dessa natureza, ocorrendo de forma coordenada, neste e em outros contextos (a ponto de o mês de outubro de 2026 ter sido classificado pela comunidade de cibersegurança como “Black October”, em referência a uma concentração excepcional de vulnerabilidades críticas, incidentes de segurança, ataques cibernéticos e comprometimentos de cadeias de suprimentos tecnológicas) gera um certo pânico e instabilidade social.

Em síntese, o que esses episódios parecem demonstrar é que a segurança cibernética envolve questões relacionadas à continuidade operacional, segurança econômica, estabilidade social e, em determinadas circunstâncias, à própria proteção de direitos humanos. A crescente interdependência entre sistemas, empresas e infraestruturas amplia o alcance dos riscos e torna cada vez mais difícil delimitar onde começa e onde termina a responsabilidade pela segurança. E possivelmente o maior alerta esteja justamente nisso: em um ambiente no qual uma vulnerabilidade aparentemente pontual pode produzir consequências muito além do sistema atingido, a prevenção não pode ser tratada como uma escolha operacional, mas como parte da responsabilidade de quem participa dessa estrutura cada vez mais conectada.

Roberta Lopes da Cruz Antonio escreve quinzenalment para o BE News. Seus textos são publicados às quartas-feiras.

UMA VULNERABILIDADE NA TECNOLOGIA DE UM FORNECEDOR, UMA FALHA EM SEUS MECANISMOS DE AUTENTICAÇÃO OU UM ACESSO REMOTO INADEQUADAMENTE PROTEGIDO PODE COMPROMETER SIMULTANEAMENTE AS OPERAÇÕES DE DIFERENTES EMPRESAS. A SEGURANÇA CIBERNÉTICA, PORTANTO, PRECISA CONSIDERAR A SEGURANÇA DOS PRODUTOS, SERVIÇOS E CONEXÕES DIGITAIS DOS TERCEIROS DOS QUAIS ELA DEPENDE

BRASIL EXPORT

MISSÃO JAPÃO
BRASIL EXPORT 2026

Japão prepara túnel subterrâneo para transporte autônomo de cargas

Denominado Autoflow Road, projeto foi uma das iniciativas de automação do país asiático apresentadas à comitia do Brasil Export nessa quarta-feira, em Tóquio

LEOPOLDO FIGUEIREDO
Enviado especial a Tóquio, Japão
leopoldo.figueiredo@redebenews.com.br

Leopoldo Figueiredo

Leopoldo Figueiredo

A comitiva do Brasil Export no Japão foi recebida por executivos do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo (MLIT), que apresentaram seus planos para a implantação de um corredor subterrâneo de transporte autônomo de cargas e, também, de descarbonização portuária

O Governo do Japão prepara uma das obras de infraestrutura mais ambiciosas das últimas décadas, planejada para resolver um problema "silencioso", mas capaz de até paralisar a quarta maior economia do mundo. Trata-se do Autoflow Road, um corredor subterrâneo automatizado de movimentação de cargas ao longo de cerca de 500 quilômetros ligando as regiões metropolitanas de Tóquio e Osaka, o principal corredor logístico do país. Detalhes do projeto, ainda em estudos, foram apresentados por dirigentes do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo do país (MLIT) em reunião com presidentes de portos e magistrados brasileiros que integram a comitiva do missão do Brasil Export ao Japão nessa quarta-feira, dia 4, na sede do órgão, em Tóquio.

Atualmente, o MLIT está concluindo os estudos técnicos e financeiros do empreendimento. A expectativa é que a obra comece a ser implementada em 2030.

O projeto foi apresentado à comitiva pelo especialista em Planejamento Toshiyuki Fujioka, da Divisão de Planejamento, do Escritório de Pesquisa Econômica Rodoviária do MLIT. Segundo Fujioka, a motivação por trás do Autoflow Road não é apenas tecnológica, mas demográfica. O país enfrenta a combinação de envelhecimento populacional e uma forte escassez de mão de obra, especialmente entre os caminhoneiros, um problema que compartilha com o Brasil. No setor de transportes, essa crise atingiu um ponto de inflexão com a entrada em vigor de regras trabalhistas rigorosas que limitaram as horas extras permitidas para motoristas de caminhão.

Essas novas normas mostraram a fragilidade de um modelo no qual cerca de 90% das cargas do país dependem do modal rodoviário. Sem mudanças estruturais, projeções do Governo indicam que a capacidade de transporte de mercadorias no Japão poderia cair cerca de 34% até o final desta década, em um cenário em que as compras no e-commerce dispararam desde a pandemia.

O projeto

A Autoflow Road prevê uma infraestrutura capaz de operar 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem intervenção humana direta no trajeto principal. O sistema utilizará um sistema magnético de movimentação de cargas, semelhante ao utilizado pelo trem-bala japonês, com os veículos guiados de forma autônoma sobre trilhos ou faixas dedicadas.

Os canais de transporte serão instalados nos canteiros centrais de rodovias já existentes, nos acostamentos ou em túneis subterrâneos construídos sob o leito das vias. A proposta atualmente em estudo prevê que o transporte seja feito por paletes padronizados acoplados a contêineres de um metro de largura e comprimento, projetados para suportar até 1 tonelada cada. O carregamento nas pontas será feito por empilhadeiras e robôs industriais conectados a portos, aeroportos e centros de distribuição.

De acordo com Toshiyuki Fujioka, quando totalmente implantado, o corredor poderá substituir a operação diária de até 25.000 caminhões. Além do ganho logístico, a transição para um modal totalmente elétrico e abastecido por matrizes de menores demanda hídrica e emissões de carbono atende às metas de descarbonização do setor de transportes.

Custo e gargalos

O Ministério ainda estuda o custo de implantação do corredor subterrâneo entre Tóquio e Osaka. Mas uma estimativa do jornal Yomiuri Shimbun indica que o empreendimento pode demandar até 3,7 trilhões de ienes, quase US$ 25 bilhões, devido à complexidade das obras geotécnicas e à extensa rede de túneis necessária. Se aprovado em sua totali- ▶

MISSÃO JAPÃO
BRASIL EXPORT 2026

CONTINUAÇÃO DA MATÉRIA DA PÁGINA 4

dade, será um dos maiores aportes de capital público e privado em logística terrestre no planeta.

Devido aos valores envolvidos, o projeto será implantado em uma parceria entre o poder público e o setor privado. Ainda não está definido se o serviço será explorado pelos atuais concessionários das rodovias onde os túneis serão implantados ou uma nova concessão será realizada, explicou Toshiyuki Fujioka.

O grande gargalo para a viabilização da Autoflow Road não reside na tecnologia de automação, que já é domínio da indústria japonesa, mas na engenharia financeira e na execução das obras civis. A necessidade de cavar extensos túneis e adaptar autoestradas com tráfego pesado exigirá coordenação pesada entre os agentes privados e o orçamento público.

O cronograma do MLIT prevê o início dos testes operacionais e pilotos em trechos delimitados entre o próximo ano e 2028. A meta do Governo é ter a linha principal em operação comercial completa em meados da década de 2030, provavelmente em 2034.

Caso o trecho entre Tóquio e Osaka prove sua viabilidade operacional e financeira, o Japão planeja expandir o conceito para outros corredores logísticos vitais do arquipélago, criando um padrão internacional para o transporte terrestre automatizado de carga.

Parcerias

Após a reunião, a presidente do Porto de Itaqui, Oquerlina Costa, procurou os executivos do MLIT para debater uma parceria para aprofundar estudos sobre descarbonização nos portos. Segundo Oquerlina, a experiência japonesa pode ser aproveitada nos projetos desenvolvidos pelo complexo de Itaqui para reduzir suas e missões de carbono.

Leopoldo Figueiredo

A comitiva brasileira

A comitiva do Brasil Export que participou das reuniões no Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo era formada, entre outros, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes; pelos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Morgana de Almeida e Breno Medeiros; pelo presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, pelo desembargador Celso Peel, do Tribunal Regional do Trabalho da 2a Região; pelo diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Antônio Mathias Nogueira; e pelo diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Alex Azevedo. Também participaram os presidentes de portos Oquerlina Costa (Itaqui/MA), Armando Monteiro Bisneto (Suape/PE) e Flávio Vieria da Silva (Rio de Janeiro), e a diretora executiva nacional do Sest Senat, Nicole Goulart.

Leopoldo Figueiredo

Descarbonização portuária

Durante a reunião com executivos do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo (MLIT), também foi apresentado a iniciativa Porto Neutro em Carbono (Carbon Neutral Port – CNP) do Governo. Trata-se de uma política pública estruturante projetada pelo MLIT para descarbonizar o setor aquaviário e reconfigurar a matriz industrial das zonas costeiras. O plano é peça-chave para cumprir as metas do país de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 46% até 2030 (com base em 2013) e atingir a neutralidade de carbono até 2050. Outra característica é que o projeto utiliza os portos como pontos de entrada, armazenamento e distribuição de combustíveis de emissão zero para toda a economia nacional.

BRASIL EXPORT

MISSÃO JAPÃO BRASIL EXPORT 2026

Aeroporto de Narita avança em automação

Diretor da Anac testou veículo autônomo utilizado no transporte de bagagens

LEOPOLDO FIGUEIREDO
Enviado especial a Tóquio, Japão
leopoldo.figueiredo@redebenews.com.br

Leopoldo Figueiredo

Técnicos do Aeroporto de Narita mostram o funcionamento do veículo autônomo de transporte de bagagens para o diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Antônio Mathias Nogueira, que integra a comitiva do Brasil Export.

O Aeroporto Internacional de Narita (NRT), principal portal de conexão do Japão com o comércio e o turismo globais, acelera a implementação do seu plano diretor de transformação digital, denominado Air Narita. A iniciativa, concebida pela Narita International Airport Corporation (NAA) em alinhamento com as diretrizes do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo (MLIT), busca resolver a escassez de trabalhadores que afeta a infraestrutura do país e modernizar de ponta a ponta a experiência de passageiros e companhias aéreas.

Com o aumento contínuo do fluxo de viajantes no pós-pandemia e a pressão demográfica sobre o mercado de trabalho japonês, Narita converteu seus terminais e pátios em um laboratório aberto para tecnologias de automação e robótica de última geração.

Fora da visão do público, há ações voltadas à logística de bagagens e ao transporte interno de passageiros no lado ar. Uma dessas iniciativas é o transporte autônomo de bagagens (AMRs). O aeroporto está testando a aplicação de Robôs Móveis Autônomos (AMR) e coletores móveis no manuseio de malas. As unidades operam em conjunto com esteiras de alta velocidade (capazes de atingir até 600 metros por minuto) para armazenar, organizar e triar bagagens sem intervenção manual.

Há também a utilização de veículos autônomos. Em parceria com operadoras de telecomunicações, Narita implementou testes operacionais com ônibus autônomos de transbordo de cargas, especialmente bagagens, entre terminais operando sobre rede local 5G privada. A meta do aeroporto é evoluir gradualmente para a condução autônoma de Nível 4, na qual os veículos operam de forma totalmente não tripulada em áreas restritas do pátio.

A direção do aeroporto convidou o diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Antônio Mathias Nogueira, que integra a comitiva do Brasil Export no Japão, para testar o veículo autônomo de transporte de bagagem, ao movimentar algumas malas de um ponto a outro do terminal. O exercício foi considerado um sucesso por Nogueira, que considera que esse tipo de tecnologia já pode ser aplicada no Brasil.

Divulgação

Narita é o principal aeroporto internacional no Japão, onde ali se circula cerca de 50% do tráfego de passageiros internacionais e 60% do tráfego internacional de carga

INDÚSTRIA NAVAL

BNDES aprova R$ 2,18 bilhões para construção de quatro navios em SC

Recursos do Fundo da Marinha Mercante serão destinados à Bram Offshore para projeto no estaleiro Navship

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

Divulgação

Após a entrega das embarcações, a Bram Offshore prevê gerar 120 empregos diretos e 160 indiretos em atividades de apoio marítimo à exploração e produção de petróleo e gás

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de até R$ 2,18 bilhões para a construção de quatro navios de apoio marítimo no estaleiro Navship, localizado em Navegantes, Santa Catarina. Os recursos são provenientes do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e serão destinados à Bram Offshore Transportes Marítimos. O investimento total previsto para o projeto é de aproximadamente R$ 2,42 bilhões.

As embarcações serão do tipo RSV (ROV Support Vessel), projetadas para apoiar operações com veículos submarinos controlados remotamente. Esses equipamentos são utilizados principalmente em atividades de inspeção, manutenção e instalação de estruturas submersas, incluindo sistemas empregados na exploração e produção de petróleo e gás em alto-mar.

A construção dos quatro navios está prevista para ocorrer entre 2027 e 2030. Durante esse período, a estimativa do BNDES é de manutenção de aproximadamente 2 mil empregos diretos no estaleiro catarinense. Depois da entrega das embarcações, a operação deverá gerar cerca de 120 postos de trabalho diretos e outros 160 indiretos nas atividades de apoio marítimo.

O financiamento é a terceira operação aprovada pelo banco, no biênio 2025/2026, com recursos do FMM para a construção de embarcações de apoio marítimo no polo naval de Santa Catarina. Considerados em conjunto, os três projetos representam R$ 6,6 bilhões em financiamentos e estão associados à geração ou manutenção de aproximadamente 4 mil postos de trabalho, segundo a instituição.

Tecnologia e eficiência energética

Os novos navios deverão incorporar sistemas destinados à redução do consumo de combustível e das emissões atmosféricas durante as operações. Entre as soluções previstas está a propulsão híbrida com baterias, que combina diferentes fontes de energia para atender às necessidades operacionais das embarcações.

O projeto também contempla tecnologias voltadas à melhoria do desempenho dos navios, considerando as características das atividades realizadas em áreas de exploração e produção offshore. As embarcações RSV são utilizadas para transportar e operar equipamentos submarinos, prestando apoio a serviços executados abaixo da superfície do mar.

A utilização de veículos operados remotamente permite realizar inspeções e intervenções em estruturas submersas, incluindo atividades de manutenção e instalação de sistemas. Os navios de apoio fornecem a infraestrutura necessária para a execução desses trabalhos, que integram as operações da indústria de petróleo e gás.

Segundo o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, os financiamentos procuram estimular a construção de embarcações com maior eficiência operacional e menor impacto ambiental. Ele informou que, desde 2023, o banco aprovou mais de R$ 15 bilhões em operações destinadas ao setor naval brasileiro.

Indústria naval

A Bram Offshore Transportes Marítimos integra o grupo Edison Chouest Offshore, que mantém operações no Brasil desde 1991. A empresa atua no transporte e no apoio logístico e operacional às atividades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás, com uma frota composta por diferentes tipos de embarcações especializadas.

A construção dos quatro RSVs será realizada pela Navship, estaleiro instalado em Navegantes, município que integra o polo de construção naval de Santa Catarina. O empreendimento se soma às outras operações financiadas pelo FMM na região durante os últimos dois anos, com investimentos direcionados à ampliação da frota de apoio offshore.

Os recursos aprovados pelo BNDES fazem parte dos mecanismos de financiamento à indústria naval brasileira. O Fundo da Marinha Mercante tem como finalidade apoiar o desenvolvimento da navegação comercial e das atividades de construção e reparação de embarcações no país.

De natureza contábil, o FMM é administrado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM). Seus recursos podem financiar projetos relacionados à construção naval e à modernização da frota, conforme os critérios estabelecidos para cada modalidade de operação.

TRANSPORTES | Portos

Edital de concessão o canal de Itajaí deve ser publicado até dezembro

Deliberação final sobre o projeto deve sair na reunião de 12 de novembro;
Leilão está previsto para o primeiro trimestre de 2027

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redebenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) deverá publicar neste mês de novembro o edital referente à concessão do canal de acesso ao complexo portuário de Itajaí, em Santa Catarina, o segundo deste tipo na história do setor. Embora sem data oficial, o leilão está previsto para o primeiro trimestre de 2027.

Na última semana, a agência reguladora afirmou que o processo de análise do projeto está na etapa final pela diretoria colegiada.

Ao BE News, o diretor Wilson Lima Filho, relator do processo, disse que a deliberação está prevista para a Reunião de Diretoria (ROD) de 12 de novembro. Com a deliberação, a versão final do edital é publicado ao mercado.

Para projetos de concessões e arrendamentos portuários no Brasil, o tempo entre publicação do edital e entrega de propostas de empresas interessadas costuma levar de 45 a 60 dias, a depender da modelagem jurídica.

Embora sem data marcada, o leilão está previsto para ocorrer no primeiro trimestre de 2027, podendo ser um dos primeiros leilões portuários do novo mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O Ministério de Portos e Aeroportos tinha expectativa de realizar a licitação do projeto ainda este ano, principalmente após o Tribunal de Contas da União (TCU) ter aprovado a concessão no mês de maio, o que daria um tempo hábil para análise da agência reguladora e definição da empresa vencedora ainda em 2026.

Detalhes

A concessão do canal de acesso do Porto de Itajaí prevê investimentos de R$ 311 milhões ao longo de 25 anos de contrato. O montante será destinado à ampliação e modernização da infraestrutura aquaviária, incluindo obras de dragagem, intervenções estruturais e melhorias na segurança da navegação. O contrato também deverá estabelecer obrigações permanentes de manutenção das profundidades operacionais, sinalização náutica e gerenciamento do tráfego de embarcações.

O planejamento da concessão contempla duas etapas principais de intervenções. A primeira deverá ocorrer até o terceiro ano do contrato e prevê a realização de adequações para permitir a operação de navios da classe New Panamax, com até 366 metros de comprimento.

Divulgação

Na primeira etapa da concessão, prevista até o terceiro ano do contrato, o canal deverá receber adequações para permitir a passagem de navios New Panamax de até 366 metroscom São Luís

Entre os trabalhos previstos estão a retirada de interferências no canal, incluindo o casco do navio Pallas, intervenções em estruturas existentes e a implantação do Vessel Traffic Service (VTS), sistema destinado ao monitoramento e gerenciamento do tráfego aquaviário.

A segunda etapa está prevista a partir do quarto ano da concessão, quando deverão ocorrer serviços de dragagem de aprofundamento e derrocamento. O objetivo é ampliar as condições de navegação e permitir o recebimento de embarcações de até 400 metros de comprimento e aproximadamente 14,5 metros de calado operacional, conforme os parâmetros previstos na modelagem.

Rondônia busca referências no Paraná para ampliar infraestrutura portuária

Comitiva liderada pelo governador Marcos Rocha conheceu projetos de gestão, concessões e arrendamentos de áreas portuárias

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

Uma comitiva do governo de Rondônia visitou a administração dos portos do Paraná, em Paranaguá, no dia 28 de outubro, para conhecer projetos de infraestrutura, concessões e arrendamentos portuários. O grupo foi liderado pelo governador Marcos Rocha e recebido pelo diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

Também participaram da visita o diretor-presidente da Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia (SOPH), Fernando Cesar Ramos Parente, e o secretário-subchefe da Casa Militar estadual, Alexandre Gonçalves Viana. Após reunião no Palácio Taguaré, sede da autoridade portuária, os representantes percorreram áreas do cais.

Segundo o governo rondoniense, a intenção é avaliar experiências de gestão e operação que possam ser aplicadas à infraestrutura portuária do estado. Durante o encontro, foram discutidas possibilidades de arrendamento de áreas e concessão de hidrovias.

Rondônia dispõe do Porto Organizado de Porto Velho, instalado às margens do Rio Madeira. A hidrovia permite a ligação com o Rio Amazonas e o acesso ao Oceano Atlântico, em percurso superior a 2 mil quilômetros. Em 2025, o porto movimentou pouco mais de 2 milhões de toneladas de cargas, principalmente soja.

A busca por alternativas de transporte acompanha a expansão da produção agropecuária no estado e a necessidade de ampliar o acesso a mercados externos. Marcos Rocha afirmou que o governo também estuda uma ligação logística com o Oceano Pacífico, com a perspectiva de reduzir o tempo de transporte de cargas para a Ásia. A estimativa apresentada pelo governador é de economia de dez dias no trajeto.

A visita não resultou no anúncio de contratos ou investimentos. O encontro teve caráter técnico, voltado à troca de informações sobre modelos de administração e projetos de desenvolvimento portuário.

TRANSPORTES | Portos

Simulado de vazamento de gás mobiliza equipes no Porto de Santos

Exercício no Terminal de Regaseificação de São Paulo reuniu mais de 60 profissionais para avaliar procedimentos de emergência

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redebenews.com.br

A Edge, empresa da Compass, e o Plano de Ajuda Mútua (PAM) do Porto de Santos, coordenado pela Autoridade Portuária de Santos (APS), realizaram na última semana um exercício simulado de atendimento a emergências no Terminal de Regaseificação de São Paulo (TRSP), localizado no complexo portuário santista. A atividade mobilizou mais de 60 profissionais e contou com a participação de equipes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e da Defesa Civil.

O treinamento teve como cenário um vazamento de gás natural, com evolução simulada para um incêndio nas instalações do terminal. A atividade ocorreu na Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (FSRU), principal estrutura operacional do TRSP, e teve como objetivo avaliar a capacidade de resposta das equipes e a integração entre os órgãos envolvidos em situações de emergência.

Durante o exercício, foi simulada uma ocorrência na tubulação de 16 polegadas responsável pela conexão entre os braços de carregamento e a estação de medição do terminal (EMED). A partir do cenário, foram testados os procedimentos de identificação do vazamento, acionamento dos sistemas de emergência e interrupção segura do fluxo de gás natural.

A simulação também contemplou a comunicação entre a embarcação, o píer e as equipes externas de atendimento, além da adoção de medidas de proteção das instalações próximas. Entre as atividades previstas no treinamento estavam o abandono parcial da área, a atuação da brigada de incêndio e o atendimento de primeiros socorros a um trabalhador supostamente lesionado.

Divulgação

Durante o treinamento, as equipes testaram a identificação de vazamentos, o acionamento de sistemas de emergência e a interrupção segura do fluxo de gás natural no terminal

Ao todo, a mobilização reuniu mais de 30 brigadistas da tripulação da FSRU, sete integrantes da brigada de operação do terminal, 15 profissionais da Edge e da operadora responsáveis pela estrutura de resposta e avaliação do exercício, além de oito agentes públicos.

Segundo a diretora de Operações, Logística e Tecnologia da Edge, Catarina Amaral, a realização periódica de simulados é fundamental para aprimorar os mecanismos de prevenção e resposta a ocorrências nas instalações portuárias.

"Simulados como este são fundamentais para preparar as equipes, testar protocolos e garantir uma resposta coordenada em situações de emergência. A segurança é um dos principais pilares da Edge e está presente em toda a nossa operação, por meio de uma política integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Nosso compromisso é fortalecer continuamente a prevenção e a prontidão operacional, protegendo as pessoas, as instalações e as nossas operações", afirmou.

O exercício integrou as ações de preparação para emergências desenvolvidas pelo Plano de Ajuda Mútua do Porto de Santos, organização coordenada pela APS que reúne empresas e instituições atuantes no complexo portuário.

O PAM tem como finalidade promover a atuação conjunta de seus participantes em ocorrências de grande porte, por meio do compartilhamento de recursos humanos, equipamentos e estruturas de atendimento. A iniciativa busca ampliar a capacidade de resposta a emergências, com foco na preservação da vida humana, na proteção do patrimônio e na redução de impactos ambientais.

O Terminal de Regaseificação de São Paulo é um dos ativos estratégicos da Edge na infraestrutura de abastecimento de gás natural. A instalação é utilizada para o recebimento, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito (GNL), contribuindo para a oferta do combustível ao mercado brasileiro.

APS prorroga validade de concurso público por mais dois anos

A Autoridade Portuária de Santos (APS) prorrogou por mais dois anos a validade do Concurso Público nº 002/2024. A extensão começa a contar a partir de 12 de novembro de 2026, data prevista para o encerramento do prazo original.

A decisão foi aprovada pela Diretoria Executiva (DIREXE), em 27 de outubro, por meio de decisão publicada no Diário Oficial da União na terça-feira (3).

O concurso ofereceu 242 vagas para cargos de níveis médio/técnico e superior, distribuídas em dois editais. Um deles foi destinado exclusivamente à função de Guarda Portuário, enquanto o outro reuniu diversas especialidades.

Ao todo, foram registradas 25.739 candidaturas deferidas. Desse total, 5.764 foram para o cargo de Guarda Portuário. No edital com as demais funções, o posto de Técnico Portuário – Assistente Administrativo ou Fiscalização Portuária foi o mais procurado, com 9,2 mil inscrições.

O concurso contempla cargos de diferentes áreas, como Técnico de Segurança do Trabalho, Assistente Administrativo, Fiscalização Portuária, Eletricista, Mecânico, Técnico Ambiental, Enfermeiro do Trabalho, Administrador, Analista de Comércio Exterior, Analista de Sistemas, Jornalista, Economista, Oceanógrafo e Médico do Trabalho, entre outras especialidades.

Com a prorrogação, o concurso terá validade por mais dois anos, período em que a APS poderá realizar novas convocações de candidatos aprovados, conforme as necessidades da companhia e as regras do edital.

TRANSPORTES | Portos

Vports e Eneva fecham acordo para instalação de hub de gás natural no Espírito Santo

Complexo será implantado no Porto de Barra do Riacho, em Aracruz, com termelétricas de 690 MW e terminal para recebimento e regaseificação de GNL

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Vports e a Eneva firmaram contratos para a implantação de um complexo de geração de energia e recebimento de gás natural liquefeito (GNL) no Porto de Barra do Riacho, em Aracruz, no norte do Espírito Santo. O empreendimento, denominado Hub Espírito Santo, terá capacidade instalada de 690 megawatts (MW) e contará com um terminal portuário para abastecer as usinas termelétricas. O início da operação comercial está previsto para 1º de agosto de 2031.

O acordo foi anunciado nesta terça-feira (3) e envolve contratos de exploração de área e instalação portuária. Os instrumentos asseguram à Eneva o direito de utilização dos espaços necessários ao projeto até 31 de dezembro de 2046, com possibilidade de renovação e mediante cumprimento das condições contratuais. A companhia será responsável pelo desenvolvimento do complexo e deterá 100% de participação no empreendimento.

O Hub Espírito Santo corresponde ao projeto anteriormente identificado pela Eneva como Hub Sudeste. As termelétricas foram contratadas no Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP) realizado pelo governo federal em março deste ano, com compromisso de fornecimento de potência ao sistema elétrico por 15 anos.

A infraestrutura será instalada em uma área de mais de 300 mil metros quadrados administrada pela Vports, entre o Porto da Imetame e Portocel. Segundo informações publicadas pelo jornal A Gazeta, o investimento poderá chegar a aproximadamente R$ 5 bilhões. O valor, entretanto, não foi oficialmente divulgado pelas empresas.

O projeto prevê a construção de um terminal especializado no recebimento de GNL transportado por navios. Depois do desembarque, o combustível passará por um processo de regaseificação, que permite sua utilização no abastecimento das unidades de geração elétrica.

A estrutura integrará as operações portuárias à produção de energia, com suprimento de gás natural destinado inicialmente às termelétricas contratadas no leilão de capacidade. Segundo a Eneva, a infraestrutura também poderá atender futuros projetos de geração e oportunidades de comercialização do combustível para outros consumidores.

A instalação do complexo representa uma nova utilização para a área de Barra do Riacho sob administração da Vports. A concessionária assumiu a gestão dos portos públicos capixabas após a desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), concluída em 2022, e administra também os portos de Vitória e Vila Velha.

Para o presidente da Vports, Pedro Benevides, a escolha da área demonstra o potencial do Espírito Santo para receber empreendimentos de infraestrutura de grande porte. O executivo relacionou a assinatura dos contratos às possibilidades de expansão das atividades desenvolvidas pela concessionária.

O diretor-executivo de Marketing, Comercialização e Novos Negócios da Eneva, Marcelo Lopes, afirmou que a implantação do hub permitirá integrar logística portuária, abastecimento de gás e geração de eletricidade. Segundo ele, a estrutura também poderá servir de base para novos negócios ligados ao mercado de gás natural.

O empreendimento inicialmente previsto para o município de Presidente Kennedy será desenvolvido em Aracruz, conforme informações divulgadas por A Gazeta. A mudança define a localização portuária do complexo que deverá atender aos compromissos assumidos pela Eneva no leilão de março.

Expansão

O Hub Espírito Santo integra um conjunto de investimentos da Eneva em instalações de geração termelétrica abastecidas por gás natural. Outro projeto em desenvolvimento é o Hub Ceará, no município de Caucaia, com capacidade instalada prevista de 1.659,4 MW.

Desse total, 1.199,4 MW deverão entrar em operação comercial em agosto de 2029. Os 460 MW restantes estão programados para agosto de 2031. O suprimento será realizado por meio de um terminal de GNL em desenvolvimento no Porto do Pecém. Os contratos de venda de potência também têm duração de 15 anos.

Somados, os empreendimentos do Ceará e do Espírito Santo representam 2.349,4 MW de capacidade instalada prevista. A Eneva deterá participação integral nos dois projetos, conforme a configuração anunciada pela companhia.

A empresa também opera o Hub Sergipe, localizado em Barra dos Coqueiros, que reúne uma usina termelétrica de ciclo combinado com capacidade de 1.593 MW e um terminal flutuante de regaseificação capaz de processar até 21 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia.

Segundo a Eneva, os projetos integram sua estratégia de combinar infraestrutura de abastecimento de gás natural e geração de eletricidade. A companhia informou que seu portfólio supera 10 GW de capacidade instalada.

O início das operações do Hub Espírito Santo permanece previsto para agosto de 2031, conforme os compromissos assumidos no Leilão de Reserva de Capacidade de 2026. Os contratos com a Vports estabelecem os direitos de utilização das áreas portuárias, enquanto a implantação do terminal de GNL e das usinas ficará sob responsabilidade da Eneva.

Divulgação

Os contratos asseguram à Eneva o uso de áreas portuárias até dezembro de 2046, com possibilidade de renovação, para desenvolver o complexo de gás natural no Espírito Santo

TRANSPORTES | Aviação

Governo inclui 13 aeroportos regionais no PPI e formaliza desestatização

Terminais já foram incorporados a concessões privadas pelo programa AmpliAR, que prevê investimentos de R$ 731,6 milhões

Estadão Conteúdo

Divulgação

As intervenções previstas nos terminais incluem melhorias em pistas, pátios e estruturas de passageiros, além de adequações operacionais e medidas de segurança aeroportuária

O governo federal formalizou a inclusão de 13 aeroportos regionais no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e no Programa Nacional de Desestatização (PND). A medida consta do Decreto nº 13.142, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 29 de outubro e publicado no Diário Oficial da União desta terça-feira (3). Os terminais estão distribuídos por oito estados, com maior concentração no Nordeste.

Embora o decreto estabeleça a qualificação dos aeroportos para concessão à iniciativa privada, os empreendimentos já haviam sido contemplados na primeira rodada do Programa de Investimentos Privados em Aeroportos Regionais (AmpliAR), realizada em novembro de 2025. Os contratos foram formalizados em março e abril deste ano.

Dos 13 aeroportos, 12 foram incorporados à concessão da GRU Airport, responsável pelo Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos. O termo aditivo foi assinado em 14 de abril. O Aeroporto Comandante Ariston Pessoa, em Cruz, no Ceará, que atende à região de Jericoacoara, passou à gestão da Fraport Brasil, por meio de contrato assinado em 10 de março.

A primeira etapa do AmpliAR prevê R$ 731,6 milhões em investimentos privados nos 13 terminais. Desse total, aproximadamente R$ 630 milhões estão destinados à modernização da infraestrutura dos 12 aeroportos incorporados à concessão de Guarulhos, conforme informações do Ministério de Portos e Aeroportos.

As intervenções previstas incluem melhorias em pistas, pátios e terminais de passageiros, além de adequações operacionais e de segurança. O programa busca ampliar a participação privada na administração de aeroportos regionais que, em muitos casos, apresentam movimentação insuficiente para sustentar concessões individuais.

Modelo de concessão

Diferentemente dos leilões tradicionais, o AmpliAR permite incorporar aeroportos de menor porte a contratos já existentes. As concessionárias assumem obrigações de operação e investimento nos terminais regionais, com mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

O decreto publicado nesta terça-feira estabelece que a alocação dos empreendimentos será individual, mediante processo competitivo simplificado. Na ausência de propostas válidas, a regulamentação admite os regimes de oferta permanente ou alocação direta.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) ficará responsável pelos procedimentos de incorporação, observadas as regras do Ministério de Portos e Aeroportos.

A inclusão dos aeroportos no PPI e no PND integra a estrutura jurídica do programa. A execução das melhorias previstas dependerá dos cronogramas e das obrigações estabelecidas nos respectivos contratos de concessão.

AEROPORTOS CONTEMPLADOS PELO DECRETO

Bahia (2)
Aeroporto Horácio de Mattos | Lençóis
Aeroporto de Paulo Afonso | Paulo Afonso
Pernambuco (3)
Aeroporto Santa Magalhães | Serra Talhada
Aeroporto de Garanhuns | Garanhuns
Aeroporto de Araripina | Araripina
Ceará (2)
Aeroporto Comandante Ariston Pessoa | Cruz
Aeroporto Regional de Canoa Quebrada Dragão do Mar | Aracati
Rondônia (2)
Aeroporto de Cacoal | Cacoal
Aeroporto de Vilhena | Vilhena
Maranhão (1)
Aeroporto de Barreirinhas – Barreirinhas
Piauí (1)
Aeroporto Serra da Capivara | São Raimundo Nonato
Tocantins (1)
Aeroporto de Araguaína | Araguaína
Mato Grosso (1)
Aeroporto de Porto Alegre do Norte | Porto Alegre do Norte

INDÚSTRIA | Opinião

AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA
Professor da Universidade Federal
do Amazonas e consultor

opiniao@portalbenews.com.br

INFRAESTRUTURA

Sem autonomia, não há indústria forte

Os mercados são movidos por oferta e demanda. O excesso de demanda leva ao aumento de preço. Com baixa demanda, os preços caem. Esta discussão já existia no século XIV, com base na necessidade e na raridade. A evolução do pensamento econômico levou esta construção a outros patamares, com John Locke, James Steuart, Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus e outros.

É um princípio básico, amplamente conhecido pelas pessoas, mas nem sempre internalizado para a tomada de decisão. Afinal, muita abundância pode também representar um baixo valor estratégico. Uma "sabedoria das massas" pode ser um senso amplo, defendido por muitas pessoas, mas de baixo valor estratégico. De outra forma, questões exaustivamente difundidas, por meio de fontes gratuitas, podem ser simplesmente uma forma de vender uma ideia ou ideal que seja do interesse de quem as produziu e distribui, mas não daquele que consome.

Notícias gratuitas tipicamente defendem causas. Em política, é o conceito de inundar o campo (do termo em inglês "flood the zone"), onde uma corrente adota a estratégia de chamar a atenção da mídia, desorientando opositores e a opinião pública, por meio de reportagens indesejadas e conteúdo fajuto ou acintoso. Esta estratégia foi vitoriosa em vários ambientes mundo afora, em especial pela extrema direita, em vários países.

No aspecto econômico, a China tem inundado o mercado de veículos, saindo de 103 fabricantes em 2018 para 143 marcas em 2025, segundo a Barron's, ocupando cerca de 50% de sua capacidade. Atualmente é o país dominante também nesta indústria, exportando cerca de 10 milhões de veículos. Com base na sua capacidade ociosa, o mercado global tem experimentado a mais básica das concorrências: menor preço.

As transformações nos mercados acontecem continuamente, mas algumas levam anos para se dar, podendo gerar impacto de gerações. Da mesma forma, isso se dá nas transformações políticas. Mas há algumas coisas que não mudam: um país não ajuda outro. Países normalmente se aproveitam dos outros. A construção democrática, industrial ou de políticas públicas depende deste complexo equilíbrio entre demanda e oferta, empresas e governos.

As mensagens falsas e erradas de unguentos que atendem a tudo e todos é recorrente, assim como os movimentos do capital, do comando e do controle, da liberdade e da falsa liberdade. Caminhar em meio a tudo isso faz parte da complexidade de viver e de compreender as causas e efeitos dos acontecimentos. O ressurgimento e o crescimento da indústria brasileira não terão apoio estrangeiro ou das pessoas que dependem de mão de obra barata ou quase escrava. O progresso das indústrias depende de tecnologia própria, demanda interna e demanda externa. Fora disso, seremos eterna colônia agrícolas, de aplicativos ou de qualquer outra coisa.

Acreditar que o trabalho no Brasil é caro ou complexo é para aqueles que preferem um modelo do passado, com total dependência ao ambiente estrangeiro. O caminho para a retomada da indústria também vai depender de uma mudança nas mentes das lideranças empresariais e políticas. Enquanto os modelos forem para subordinação, será difícil reconstruir a indústria nacional. Autonomia e independência, com demanda interna e externa, somado ao trabalho qualificado e bem remunerado. Fora disso, não haverá indústria forte. Preço baixo depende de abundância. Custo baixo também.

Augusto Cesar escreve semanalmente para o BE News,

O RESSURGIMENTO E O CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NÃO TERÃO APOIO ESTRANGEIRO OU DAS PESSOAS QUE DEPENDEM DE MÃO DE OBRA BARATA OU QUASE ESCRAVA. O PROGRESSO DAS INDÚSTRIAS DEPENDE DE TECNOLOGIA PRÓPRIA, DEMANDA INTERNA E DEMANDA EXTERNA. FORA DISSO, SEREMOS ETERNA COLÔNIA AGRÍCOLAS, DE APLICATIVOS OU DE QUALQUER OUTRA COISA

COMÉRCIO EXTERIOR

EUA devem encaminhar proposta sobre tarifas até semana que vem

De acordo com o ministro do MDIC, Márcio Elias Rosa, o governo norte-americano informou que está trabalhando no documento. Prazo combinado já venceu na semana passada

Estadão Conteúdo

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, afirmou que a expectativa do governo brasileiro é receber até a próxima semana uma proposta dos americanos de um possível acordo sobre as tarifas aplicadas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros.

Em 30 de setembro, os ministros das Relações Exteriores, Mauro Vieira; e do MDIC, Márcio Elias Rosa, tiveram uma reunião com o representante comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), embaixador Jamieson Greer, às margens da reunião de ministros de comércio do G20, em Milwaukee.

Na ocasião, as autoridades norte-americanas ficaram de encaminhar um esboço de proposta para um futuro acordo dentro de quatro semanas.

"Eu imagino que, a partir dessa semana ou na outra, o Brasil deve receber o documento dos EUA. A informação que eu tenho é que eles estão trabalhando no documento para nos encaminhar, porque, independentemente da discussão política, nós tivemos conversas informais nesse período e eles, de fato, estão trabalhando nisso", disse Márcio Elias a jornalistas. O ministro participou da abertura do seminário Implementação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, nesta terça-feira, 3, na Câmara dos Deputados.

"Quando a gente negocia um acordo dessa natureza comercial, de uma parte surge uma proposta e nós fazemos as ofertas. Então, eles americanos devem nos encaminhar a proposta de um acordo dizendo basicamente quais são os setores que eles gostariam de ter oferta de redução, por exemplo, de tarifa e nós responderemos na sequência. Mas não tem nenhuma antecipação do mérito do conteúdo ainda", prosseguiu o titular do MDIC.

O Brasil questiona a base legal para decisão do governo Donald Trump que, em julho passado, impôs tarifaço de até 37,5% sobre a importação de uma série de produtos brasileiros. Desse porcentual, 25% foram aplicados com base em supostas práticas anticompetitivas pelo Brasil e um adicional de 12,5% foram direcionados ao Brasil e outros 59 países, sob alegação de falha das economias em impor e aplicar efetivamente uma proibição à importação de bens produzidos com trabalho forçado. O País levou a discussão à Organização Mundial do Comércio (OMC), ainda sem desdobramentos.

Divulgação / Canal GOV

Márcio Elias Rosa esteve em reunião com o representante comercial dos Estados Unidos no dia 30 de setembro

Eleições

Questionado se o resultado das eleições de meio de mandato nos EUA vão impactar nas discussões em relação às tarifas, o ministro Márcio Elias Rosa respondeu negativamente. "Não, nada, não muda absolutamente. O Brasil segue no seu percurso, tem muito trabalho para fazer e o povo norte-americano é que define as eleições."

Como vem sendo mostrado pela Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, as vendas aos EUA têm caído desde o primeiro tarifaço, anunciado em agosto de 2025. No acumulado de janeiro a setembro de 2026, as exportações para os EUA caíram 6,5%, ante igual período do ano anterior, para US$ 27,46 bilhões. As importações também recuaram, 7,1%, e totalizaram US$ 31,79 bilhões. O Brasil segue tendo déficit comercial com os EUA, de US$ 4,33 bilhões no acumulado deste ano.

Canadá avança em negociação com americanos

O primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, afirmou nesta terça-feira, 3, que houve avanços nas negociações com os Estados Unidos para um acordo comercial, mas ressaltou que ainda falta trabalho antes de qualquer acerto ser concluído.

"Eles estão pedindo menos e oferecendo mais, mas ainda não chegamos lá", disse Carney ao comentar as tratativas, após reunião com líderes da Commonwealth em Antígua. Segundo ele, o progresso reflete uma mudança de posição da Casa Branca em relação a algumas "linhas vermelhas" canadenses.

Carney afirmou que os EUA "claramente mudaram" de postura em temas como soberania, idioma e acordos comerciais. Ele lembrou que, após o impasse no verão no Hemisfério Norte, o Canadá indicou que negociadores americanos questionavam regras que exigem facilidade de acesso a conteúdo em francês em plataformas de streaming, como a Netflix, e buscavam limitar a capacidade do país de firmar acordos com terceiros.

"Essas questões agora estão fora da mesa. Isso é muito bem-vindo", disse.

O primeiro-ministro acrescentou que deve se reunir com o presidente dos EUA, Donald Trump, na China ainda neste mês, durante a cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec).

Rússia

O governo da Rússia informou que introduziu uma proibição temporária da exportação de determinadas categorias de produtos petroquímicos do país para destinos fora da União Econômica Eurasiática.

A medida visa assegurar um fornecimento estável de matérias-primas para as empresas industriais russas. A restrição foi imposta por um período de três meses.e se aplica à exportação de benzeno de alcatrão de carvão, benzeno de petróleo, tolueno, ortoxileno, paraxileno e fenol.

POLÍTICA

LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redebenewscom.br

Produção máxima
A plataforma P-78, instalada no campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, atingiu sua capacidade nominal de produção de 180 mil barris de petróleo por dia no último sábado (31), informou a Petrobras. O resultado foi alcançado com a entrada em operação do poço BUZ-100. A unidade é a sétima plataforma flutuante de produção, armazenamento e transferência (FPSO) a entrar em operação no campo. Segundo a diretora de Exploração e Produção da estatal, Sylvia Anjos, a região apresenta reservatórios com quase 500 metros de espessura, além de características geológicas favoráveis ao fluxo de petróleo.

Novas plataformas
O campo de Búzios, localizado a cerca de 180 quilômetros da costa do Rio de Janeiro, deverá contar com 12 plataformas flutuantes de produção. As unidades P-80 e P-82 estão a caminho do Brasil, com início das operações previsto para 2027. O planejamento também contempla a P-83 e uma nova unidade denominada Búzios 12, ainda em licitação. O consórcio responsável pela exploração é formado pela Petrobras, que atua como operadora, pelas empresas chinesas CNOOC e CNODC e pela Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), responsável pela gestão dos contratos de partilha da produção.

Votação retomada
A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deverá retomar no dia 17 de novembro a análise do processo que pode resultar na recomendação de encerramento do contrato da Enel Distribuição São Paulo. O diretor Gentil Nogueira, que havia pedido vista, deverá apresentar seu voto na ocasião. A relatora, Agnes da Costa, votou em outubro pela recomendação de caducidade, acompanhada pela diretora Ludimila Lima da Silva. Caso a agência decida recomendar a medida, caberá ao Ministério de Minas e Energia avaliar o encaminhamento e decidir sobre a continuidade ou o encerramento da concessão.

Defesa da Enel
A análise da Aneel sobre a Enel São Paulo considera falhas na prestação do serviço após sucessivos eventos climáticos, incluindo o apagão de dezembro de 2025. A fiscalização identificou problemas como insuficiência de equipes especializadas, lentidão no atendimento e deficiências na gestão de crises. A concessionária contesta a recomendação de caducidade e afirma que ampliou em 73% os investimentos e em 31% os recursos operacionais entre 2023 e 2025. A empresa também sustenta que houve melhora nos indicadores de atendimento emergencial e questiona se o encerramento do contrato seria a solução mais vantajosa para os consumidores.

Senado aprova PEC da Segurança sem mudar maioridade

Em nova vitória do governo, senadores decidiram avaliar depois as propostas de redução da maioridade penal

Ton Molina/Agência Senado

A líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), cumprimenta o líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), durante a sessão desta terça-feira

Estadão Conteúdo

O Senado aprovou nesta terça-feira, 3, em 2 turnos (73 a 0 e 75 a 0), a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. O texto vai para promulgação, em data que ainda será definida.

O resultado representa uma vitória para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que encampou o texto e conseguiu barrar a tentativa da oposição de incluir uma redução da maioridade penal.

Por 38 a 36, senadores aprovaram um requerimento para retirar da PEC a discussão da maioridade e deixar o tema para ser avaliado à parte, num momento posterior. O líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), queria estabelecer a redução da maioridade penal para 16 anos de forma geral e para 14 anos no caso de crimes hediondos.

O presidente Lula prometeu que, com a aprovação da PEC, criaria o Ministério da Segurança Pública. A ideia é que a pasta centralize a interlocução com os Estados na área e coordene medidas para um combate ainda mais efetivo em relação ao avanço de facções como o PCC e o Comando Vermelho.

Apresentada pelo Executivo, a PEC 18/2025 reorganiza o sistema de segurança pública - com ampliação de atribuições da Polícia Rodoviária Federal (PRF), por exemplo - e visa a fortalecer a integração entre as forças de segurança, sobretudo no combate ao crime organizado.

O texto permite a criação de polícias municipais, de ouvidorias autônomas e do Sistema de Políticas Penais, para melhorar a administração do sistema prisional brasileiro. Além da destinação de mais recursos para a área da segurança, com a inclusão do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) na Constituição.

Complemento

As mudanças seriam um complemento ao projeto de lei Antifacção, sancionado em março deste ano pelo governo Lula. Após passar por uma série de revisões no Congresso, a legislação teve como enfoque o endurecimento de penas e a facilitação para o perdimento de bens em investigações relacionadas ao crime organizado.

O Senado manteve a destinação de 10% do superávit do Fundo Soberano do Pré-Sal para o setor.

A PEC da Segurança cria também um regime penal mais rigoroso e proporcional à posição hierárquica de líderes e integrantes de facções, organizações paramilitares e milícias, com previsão de prisão obrigatória em presídios de segurança máxima.

Outro ponto é que dá poder aos municípios para criarem suas próprias polícias comunitárias, uma vez que tenham “capacidade financeira” para custear a corporação, mas veda “a coexistência de órgão municipal de segurança pública com atribuições sobrepostas”.

POLÍTICA

Alcolumbre quer votar maioridade penal um dia depois da Câmara

Presidente do Senado sinaliza que não vai transformar a redução da maioridade em novela e promete levar o assunto ao plenário assim que a PEC for aprovada pelos deputados

Estadão Conteúdo

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou nesta terça-feira que, se a Câmara dos Deputados aprovar a redução da maioridade penal em novembro, o tema também será pautado no Senado.

"Se a Câmara dos Deputados deliberar na comissão especial o que está proposto para redução da maioridade penal na Proposta de Emenda Constitucional que será votada na Câmara agora em novembro, um dia depois de a Câmara votar, a PEC estará no plenário para senadores e senadores decidirem se vão reduzir ou não a maioridade penal no Brasil", declarou durante sessão do Senado.

A oposição queria analisar o tema dentro da PEC da Segurança, aprovada nesta terça, mas o plenário aprovou um requerimento para transformar em um projeto à parte as duas emendas que tratavam sobre a redução.

Na prática, o requerimento foi uma forma encontrada pelo governo para retirar da PEC a discussão da maioridade e deixar o tema para ser avaliado à parte, num momento posterior. Isso porque a oposição ficou impedida de apresentar destaques sobre maioridade durante a votação da PEC, pelo fato de o tema ser considerado prejudicado.

A manobra foi criticada pela oposição, que alega que as emendas deveriam ser votadas dentro do âmbito da PEC da Segurança. PL, PP, Republicanos, PSDB e Podemos recomendaram voto contra o requerimento. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que está nos Estados Unidos, votou contra, à distância, pelo aplicativo.

Mais cedo, o relator da PEC, Rogério Carvalho (PT-SE), apresentou relatório sugerindo que duas emendas sobre o tema tramitassem em separado. A primeira era uma emenda do líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), para estabelecer a redução da maioridade penal para 16 anos de forma geral e para 14 anos no caso de crimes hediondos.

A outra emenda era do senador Camilo Santana (PT-CE), que pedia a redução da maioridade penal para 16 anos apenas para crimes graves. A emenda de Camilo Santana foi uma forma de o governo tentar atrapalhar a emenda da oposição. Durante as eleições, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declarou apoio à emenda, contrariando a resistência da esquerda de se aprovar qualquer redução do tipo.

Protagonismo

Com a aprovação da PEC da Segurança Pública, a tendência é que a União passe a ter mais protagonismo na área. Uma das propostas da PEC da Segurança Pública, por exemplo, está ligada à ampliação das atribuições da Polícia Federal e à autorização da Polícia Rodoviária Federal para atuar também em ferrovias e hidrovias federais.

Durante a votação desta terça, senadores aprovaram uma emenda do senador Carlos Portinho (PL-RJ) para autorizar o uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para financiar operações das Forças Armadas em situações específicas, como em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Segundo o autor, o objetivo é dar segurança jurídica ao financiamento de operações integradas entre as Forças Armadas e os demais órgãos de segurança pública, ampliando a capacidade de resposta do Estado ao crime organizado e a situações de calamidade.

Carlos Moura/Agência Senado

Davi Alcolumbre lembrou que a Proposta de Emenda à Constituição será votada na Câmara ainda este mês

Tereza Cristina mira presidência do Senado

A líder do PP na Casa pretende ser a primeira mulher a ocupar o cargo. PL quer voto aberto

Estadão Conteúdo

A líder do PP no Senado, Tereza Cristina (PP-MS), reafirmou nesta terça-feira, 3, sua intenção de disputar a presidência da Casa. Ela afirmou estar em diálogo com Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição ao Senado e aliado do PP, que defendeu o voto aberto entre os legisladores para pressionar quem se elegeu com o apoio do bolsonarismo.

Marinho também tem a intenção de concorrer à presidência do Senado, que será decidida em fevereiro de 2027, por meio de eleição entre os senadores. Segundo Tereza Cristina, ainda não há um acordo com o senador do PL. Outro nome que deve disputar o cargo é o atual presidente da casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), apoiado pelo governo Lula.

Rogério Marinho afirmou que não concorrerá contra Tereza e que o Partido Liberal deve debater nesta quarta-feira, 4, a votação aberta para a decisão. Atualmente, a escolha é feita a partir do voto secreto dos senadores, mas o partido avalia defender a abertura das posições, de forma a pressionar parlamentares que poderiam votar pela reeleição de Alcolumbre.

Nesta terça-feira, 3, o senador do PL e a senadora do PP afirmaram que estão dialogando e ambos mantêm a intenção de concorrer até o momento. Segundo Rogério, no entanto, a tendência é que eles não sejam adversários na disputa. "Continuamos a conversar. Estamos discutindo um acordo entre nós, mas não seremos candidatos um contra o outro", disse.

"Rogério Marinho e eu conversamos muito sobre esse assunto. A minha candidatura está mantida e a dele também. Eu quero ser a primeira mulher presidente do Senado", declarou Tereza a jornalistas.

POLÍTICA

Governo adia medida provisória com alíquotas do Imposto Seletivo

Reunião que definiria a publicação da MP, nesta terça-feira, não aconteceu. Presidente Lula e ministros da Fazenda e do Planejamento devem se encontrar nesta quarta

Estadão Conteúdo
Da Redação

O governo federal adiou para esta quarta-feira a publicação da medida provisória que estabelecerá as alíquotas do Imposto Seletivo, conhecido como "imposto do pecado".

A proposta, inicialmente prevista para esta terça-feira, depende de uma reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os ministros da Fazenda, Dario Durigan, e do Planejamento, que também estava programada para esta semana.

O atraso compromete o cronograma original da Reforma Tributária e empurra para fevereiro de 2027 o início da cobrança do novo tributo.

Criado para desestimular o consumo de produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, o Imposto Seletivo precisa respeitar a chamada noventena, que determina um intervalo mínimo de 90 dias entre a publicação da norma e a entrada em vigor da cobrança.

Com isso, o tributo não poderá começar a ser aplicado em 1º de janeiro de 2027, como previsto inicialmente, e só deverá entrar em vigor no mês seguinte.

Para que a cobrança começasse simultaneamente à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em janeiro, a medida provisória precisaria ter sido editada até 2 de outubro. O governo, no entanto, postergou a iniciativa para depois do segundo turno das eleições, realizado em 25 de outubro, diante do receio de que a definição das alíquotas provocasse desgaste político durante a campanha.

Pela regulamentação da reforma, o Imposto Seletivo alcançará veículos (com exceção de caminhões), embarcações e aeronaves, além de cigarros e outros produtos fumígenos, bebidas alcoólicas e açucaradas.

Também haverá incidência sobre a extração de recursos minerais, como petróleo, gás natural e minério de ferro, com alíquota limitada a 0,25%, e sobre concursos de prognósticos e fantasy sports.

Parte da arrecadação prevista com apostas, contudo, ficou comprometida após o governo editar, em setembro, uma medida provisória que proibiu as apostas esportivas e os jogos virtuais no país.

Acordo com setores

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nesta terça-feira que há acordo com os setores afetados pelo novo imposto pela manutenção da carga tributária do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) ao longo do ano de 2027 como uma transição.

Para isso, também será necessária uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para que o IPI ainda esteja válido em janeiro por conta da noventena para o novo imposto.

"A ideia que a gente tem é também, em acordo com os setores, uma extensão do IPI pra esses setores exclusivamente durante o mês de janeiro e a partir do mês de fevereiro a gente teria o início da incidência do Imposto Seletivo", afirmou o ministro.

Ele negou que a demora no envio do IS teria contribuído para aumentar o valor da alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Também criticou o governo de Jair Bolsonaro (PL) que teria enviado ao Congresso uma CBS de 12% em "narrativa que não foi feita".

"Então, a gente sai com uma alíquota menor do que o governo anterior propôs e com todas as condições, com todas as ferramentas para que o governo e o Congresso revisitem e ajustem a carga tributária que vai, sem dúvida nenhuma, ir sendo reduzida com o tempo", completou Durigan.

Washington Costa / Ministério da Fazenda

Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o governo entrou em acordo com os setores afetados pelo novo imposto

Relator da CBS discorda de taxa de 11,3%

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do Projeto de Resolução que fixará a alíquota de referência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), criticou a previsão do patamar de 11,3% para o imposto. Segundo ele, essa alíquota não foi prevista pelos estudos da Receita Federal e do Tribunal de Contas da União.

"O senador Renan Calheiros me colocou como relator e já não estou de acordo com essa alíquota ... Minha preocupação com essa alíquota está presente desde que aprovamos a Reforma Tributária", declarou ele, durante sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CAE) do Senado.

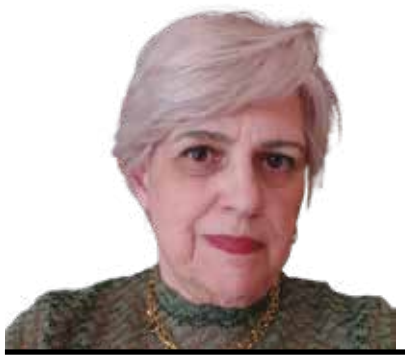
Segundo ele, é necessário ouvir os responsáveis pelos estudos prévios para entender o que causou uma alíquota tão alta. "Que possamos compreender os fundamentos. Não era essa a previsão estabelecida pelos estudos da Receita Federal e encomendados pelo TCU. Todos fomos pegos de surpresa com uma alíquota de 11,3%", disse.

Braga relatou a Reforma Tributária no Senado e os projetos de lei complementar que regulavam o tema.

Enquanto isso, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se manifestou contrária a eventuais mudanças na reforma tributária. "Buscamos deixar a reforma tributária menos danosa para o produtor rural e usaremos toda a força política que temos para manter a competitividade do nosso agro, custe o que custar, querendo ou não", disse o presidente da FPA, deputado federal Pedro Lupion (Republicanos-PR), nesta terça-feira, 3.

Ele lembrou que a bancada alterou 28 pontos durante a tramitação na Câmara dos Deputados. "Vamos continuar lutando por isso com todo o enfrentamento necessário", acrescentou.

PAPO DE COMPLIANCE



SELMA CULTURATI VASQUEZ
Economista, mestre em Administração e Pesquisa em Estratégia e Inovação, com experiência nas áreas corporativa e acadêmica voltadas a Finanças e Negócios
opiniao@portalbenews.com.br

ORGANIZAÇÃO

Quando a liderança precisa ter razão, a governança perde a voz

Entre o discurso da transparência e a prática do poder, o maior risco pode estar naquilo que a organização evita reconhecer sobre si mesma

Estamos seguindo com nosso artigo anterior, em que tratamos sobre como empresas inteligentes também tomam decisões irracionais. Profissionais qualificados, indicadores sofisticados e estruturas de governança convivem com erros previsíveis porque as decisões continuam sujeitas a vieses, julgamentos inconsistentes e narrativas que tornam algumas escolhas mais confortáveis do que deveriam.

Para tanto, consideramos importante acrescentar alguns conceitos tratados pela psicologia praticada pelo olhar de Jung. Certamente os conceitos que coloco aqui foram validados com uma psicanalista muito competente e estudiosa, o que me dá o conforto necessário para falar resumida e pontualmente a respeito. O universo de análise de Jung traz diversos arquétipos que refletem padrões de determinados comportamentos. Dentre eles, separamos algumas imagens que se encaixam bastante no comportamento de certos gestores e organizações.

A aproximação de algumas lideranças com as imagens do Herói, do Sábio e da Sombra, inspiradas em Carl Gustav Jung, acrescenta uma provocação: o que acontece quando a identidade de quem decide se torna mais importante do que a qualidade da decisão? E é essa reflexão que nos instiga a continuar justamente onde seus efeitos ganham escala.

Quantos líderes não se reconhecem na figura do Herói – aquele que precisa vencer obstáculos, salvar projetos e demonstrar força mesmo quando todas as evidências recomendam recuar? E quantos especialistas não se identificam com a imagem do Sábio, cuja autoridade intelectual parece incompatível com a possibilidade de estar errado? Essas imagens podem inspirar coragem e conhecimento até o ponto em que se tornam identidades rígidas, podendo também alimentar a arrogância, a negação e a incapacidade de rever decisões. Jung nos oferece ainda um conceito particularmente provocativo: a Sombra, formada por aspectos de nós mesmos que temos dificuldade de reconhecer ou aceitar. Mas, está longe de minha pretensão avançar nos conceitos da Psicologia... O que ocorre é que a empresa é uma soma de comportamentos que manejam o produto, usando os recursos ali disponíveis para as tomadas de decisões. Toda nossa existência está, de fato, permeada por uma conduta que mistura personalidade, repertório, história de vida e outros elementos.

Por analogia, vale perguntar: qual é a sombra das organizações que se apresentam como exemplos de ética, transparência e governança? Talvez esteja nas decisões que, por conveniência ninguém deseja revisar, os conflitos de interesses propositalmente ignorados, nos indicadores que precisam permanecer positivos ou nas lideranças que defendem a diversidade de pensamento, desde que ninguém pense diferente delas.

Tanto a abordagem de Kahneman quanto a de Jung, embora tendo fundamentos distintos, permitem uma reflexão poderosa a partir de sua aproximação: nossas decisões podem ser influenciadas tanto por mecanismos cognitivos quanto pelas identidades e narrativas às quais nos apegamos.

A pergunta deixa de ser “qual decisão faz sentido para a empresa?” e passa a ser “como justificar a decisão que a liderança já tomou?” mesmo para os projetos que deveriam ser encerrados, quanto para novas contratações que não estão exatamente ajustadas às necessidades da organização. E, é nesse deslocamento que a governança começa a perder a voz.

Governança exige critérios para decidir, limites para exercer o poder e condições para revisar escolhas. Sua consistência aparece quando esses mecanismos alcançam todas as posições da hierarquia. Uma política pode estar muito bem escrita e ter pouca utilidade, se sua aplicação depender da disposição de quem deveria se submeter a ela.

Esse conceito pode ser observado pela reação de quando a regra contraria uma preferência da liderança por meio de um parecer técnico que recomenda interromper uma iniciativa defendida pela presidência, ou se um vínculo pessoal exige afastamento de uma deliberação. Ou ainda, sobre alguma outra decisão que eventualmente seja contestada pelas regras internas já definidas e aceitas pela empresa. O aceite do rompimento da regra cria uma “subcultura” organizacional fundamentada na exceção oportuna.

Nessas situações, a organização revela quanto espaço existe entre seus princípios e suas conveniências.

A transparência ocupa um lugar central nessa discussão. Informar o que verdadeiramente importa, é não se adaptar e se ajustar a um contexto temporal e conceitual da divulgação das decisões, não permitindo que um relatório reúna números corretos, sem que ofereça uma compreensão completa do que aconteceu. Uma reunião não pode permitir perguntas e desencorajar, pelo comportamento de quem a conduz, qualquer questionamento mais incômodo.

Se a verdade precisa ser suavizada para chegar à liderança, a transparência já encontrou um limite que nem sempre é imposto por uma ordem explícita, mas sim, por reações adversas como uma ironia recorrente ou uma desqualificação de quem apresenta o problema.

A liderança passa, então, a receber uma realidade adaptada às suas expectativas, buscando uma trilha que ironicamente poderíamos chamar de “liderança do suave caminho”, confundindo a ausência de contestação com a qualidade de suas escolhas.

Ainda falando sobre a sombra das organizações, o que fica fora da imagem institucional que elas desejam preservar possivelmente seja os conflitos de interesses conhecidos e nunca formalizados. As exceções concedidas sempre às mesmas pessoas; os indicadores positivos que escondem custos transferidos para outras áreas; ou a defesa da diversidade de pensamento acompanhada da expectativa de concordância.

Essa aproximação tem caráter reflexivo. Os conceitos de Jung e os estudos de Kahneman possuem fundamentos distintos; reuni-los nesse contexto, não significa atribuir aos arquétipos uma explicação científica dos vieses cognitivos. A reflexão permite, contudo, compreender como julgamentos, identidades e narrativas podem participar das decisões organizacionais, nos levando a reconhecer um problema concreto: quanto mais uma empresa se apega à imagem de que é exemplar, mais difícil pode se tornar admitir as situações em que precisa melhorar.

Agradecimento

Especial agradecimento a Érica Andrade, pelo apoio à compreensão da dimensão dos arquétipos de Jung na dimensão organizacional.

A coluna Papo de Compliance, da economista Selma Culturati Vasquez, é publicada semanalmente no BE News, nas edições de quarta-feira. Contato pelo e-mail: compliance@grupobrasilexport.com.br.

FINANÇAS

Focus prevê último corte da Selic e pausa até junho de 2027

Segundo o relatório do Banco Central, expectativa do mercado é de mais um corte de 0,25 ponto porcentual nesta quarta-feira. Depois disso, a projeção é de manutenção por 7 meses

Estadão Conteúdo

As expectativas atualizadas pelos economistas no Sistema Expectativas de Mercado, que embasa o relatório Focus do Banco Central, indicam um corte final da Selic nesta quarta-feira, 4, de 0,25 ponto porcentual, para 13,50% ao ano, seguido por um período de estabilidade.

A trajetória implícita no sistema, detalhada por reunião, prevê que essa estabilidade será interrompida apenas na quarta reunião de 2027, em junho, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) deve retomar cortes de 0,25 ponto, levando a taxa a 12,50% ao fim do ano que vem.

A trajetória reflete as expectativas registradas até a última sexta-feira, 30. Trata-se das primeiras respostas consolidadas após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O cenário atual é mais restritivo do que o observado uma semana antes, com expectativas computadas até 23 de outubro. Naquele momento, as medianas indicavam cortes da Selic em novembro e dezembro deste ano, com a taxa encerrando o ano em 13,25% - 0,25 ponto abaixo da estimativa atual.

À época, a trajetória indicava que o ciclo de reduções seguiria até a quinta reunião de 2027, com a Selic em 12,00%. O movimento seria interrompido na sexta reunião, retomado na sétima e interrompido novamente na oitava. Com isso, o juro terminaria 2027 em 11,75% - 0,50 ponto abaixo da projeção atual para o fim do ano que vem.

As expectativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, mais sensíveis a novidades, passaram a indicar que o Copom deve optar por manter a Selic estável já nesta quarta-feira.

Nesse cenário, a taxa encerraria o ano em 13,75% ao ano, patamar no qual permaneceria, ao menos, até a primeira reunião de 2027, segundo a trajetória implícita no sistema de expectativas.

Inflação

A mediana das previsões do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026 subiu de 5,19% para 5,22% - 0,72 ponto porcentual acima da meta perseguida pelo Banco Central, de 4,50%. Considerando apenas as 116 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, mais sensíveis a novidades, a mediana aumentou de 5,20% para 5,22%.

Já a estimativa intermediária do mercado para o IPCA de 2027 subiu de 4,34% para 4,76%. Um mês antes, era de 4,30%. Considerando apenas as 116 projeções atualizadas nos últimos cinco dias úteis, aumentou de 4,47% para 4,85%.

A mediana do Focus para a inflação de 2028 avançou de 3,75% para 4,00%. Há um mês, era de 3,80%. Para 2029, subiu de 3,50% para 3,98%. Há um mês, era de 3,51%.

O Banco Central projeta alta de 5,2% para o IPCA em 2026 e 3,9% em 2027. As estimativas constam no comunicado da reunião de setembro do Comitê de Política Monetária (Copom). O colegiado projeta a inflação acumulada em 3,2% em 12 meses no 1º trimestre de 2028, atual horizonte relevante da política monetária.

Reprodução

A expectativa do mercado é de que a taxa básica de juros se mantenha estável e chegue a 12,50% só no fim do ano que vem

Dólar sobe 0,74%, perto dos R$ 5,50

Já o Ibovespa caiu 1,42% nesta terça-feira e registrou a sexta queda seguida após a eleição

Agência Brasil

O mercado financeiro brasileiro encerrou esta terça-feira (3) em queda, com o dólar em alta e a bolsa de valores ampliando as perdas após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A moeda norte-americana avançou cerca de 1%, fechando próxima de R$ 5,50. O Ibovespa recuou pela sexta vez seguida e atingiu o menor nível desde janeiro.

As incertezas sobre a política fiscal do governo e as expectativas para a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre a taxa Selic, prevista para quarta-feira (4), mantiveram os investidores cautelosos.

O dólar comercial encerrou a sessão desta terça com valorização de 0,74%, cotado a R$ 5,486. Durante o pregão, a moeda norte-americana chegou a superar a marca de R$ 5,50, em meio à cautela dos investidores com os rumos da política econômica brasileira.

O movimento ocorreu no primeiro pregão de novembro, após o feriado de Finados e uma semana de forte desvalorização dos ativos nacionais. Desde a reeleição de Lula, em 25 de outubro, o mercado cambial tem registrado pressão sobre o real.

No exterior, o índice DXY, que mede o desempenho do dólar diante de uma cesta de seis moedas fortes, avançava 0,13%, aos 101,850 pontos, às 17h35.

Bolsa

O Ibovespa fechou a terça-feira em queda de 1,42%, aos 165.528,92 pontos, segundo dados preliminares. O índice chegou a perder o patamar dos 165 mil pontos durante a sessão, atingindo a mínima de 164.446,53 pontos, às 11h23.

A baixa representou o sexto pregão consecutivo de perdas desde a reeleição de Lula, considerando as sessões realizadas após o resultado eleitoral. No último pregão antes da definição das urnas, o índice estava acima de 205 mil pontos.

As ações da Petrobras e da Vale, as mais negociadas, contribuíram para a pressão sobre o indicador, em um pregão marcado por ajustes nos preços internacionais do petróleo e de outras commodities (bens primários com cotação internacional) após o feriado.

JUSTIÇA

Em audiência pública no STF, Fux defende que bets sejam banidas

Relator de ações contra a medida provisória que proíbe as apostas online no Brasil, ministro convocou a reunião para ouvir representantes de setores a favor e contra a iniciativa

Estadão Conteúdo

Antonio Augusto/STF

O ministro Fux recebeu da primeira-dama, Rosângela da Silva, "um relatório bastante volumoso e detalhado" sobre as bets

O ministro Luiz Fux, relator no Supremo Tribunal Federal (STF) de ações contra a medida provisória que proíbe as bets no País, defendeu que as apostas online sejam banidas. A declaração foi feita durante a audiência pública realizada nesta terça-feira, 3, na Corte.

Ele disse que ainda não havia manifestado essa visão porque o ministro Flávio Dino pediu vista no julgamento que discutia os jogos de azar. "Houve um pedido de vista que não voltou até hoje, razão pela qual eu não tive oportunidade de reiterar e acrescentar ao meu voto a minha percepção de que as bets devem ser banidas.

"Sucede que eu tenho dez colegas que vão ter que apreciar. Razão pela qual eu preciso levar a eles outros elementos que surgiram depois da edição da medida provisória", acrescentou Fux.

O ministro também disse que o pedido de vista foi positivo porque ele "não gostaria de ter julgado isso no meio do processo eleitoral". Também reiterou sua visão de que, às vezes, "a Corte tem que decidir não decidir".

Ele ainda rebateu críticas nas redes sociais sobre a falta de participação de entidades críticas às bets em audiência pública realizada sobre o tema na Corte.

Segundo Fux, as consequências nocivas das apostas online já foram debatidas em audiência pública realizada em 2024. "Não procede a alegação de que só convoquei empresas e times de futebol", afirmou.

A audiência pública foi convocada para debater a medida provisória (MP) do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que proibiu as bets no País. Fux assumiu a relatoria do caso por prevenção, porque já conduz ações que questionavam as leis que regulamentavam as apostas online.

Janja

A primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, entregou ao ministro um relatório sobre o impacto das bets. No início da reunião, Fux citou o estudo. "Janja me entregou um relatório bastante volumoso e detalhado sobre o novo panorama, sobre as bets", afirmou. O relatório, intitulado "Mulheres e Bets, o custo das apostas online para as brasileiras e suas família", foi desenvolvido pelo Estúdio Clarice.

"O vício nas apostas online se tornou um problema de saúde pública que não afeta apenas a vida de quem aposta, ele adoece toda a família, principalmente as mulheres", escreveu Janja no Instagram.

Clubes

Representantes de grandes clubes brasileiros como Flamengo e Fluminense estiveram na audiência para defender o retorno das casas de apostas ao mercado.

"O drama de uma família endividada não pode ser maior do que o drama de uma família que vai sofrer os efeitos do desemprego, que é o que vai acontecer na cadeia do futebol, principalmente nas agremiações menores com essa perda de receita", discursou Mattheus Reis e Montenegro, presidente do Fluminense.

Antes de Montenegro, Flávio Willeman, vice-presidente geral do Flamengo, discursou para atacar a Medida Provisória. De acordo com o representante rubro-negro, toda a estrutura do clube será comprometida, incluindo outras modalidades.

"O Flamengo possui mais de 1.200 empregados que poderão ser comprometidos com a queda de aproximadamente R$ 430 milhões de receitas anuais com futebol e esportes olímpicos", assegurou.

Depois das participações, Fux disse que a audiência foi muito exitosa. "Vou levar todos esses incômodos ao conhecimento dos meus colegas integrantes do Supremo, se acaso nós formos instados a decidir", afirmou o ministro ao encerrar os trabalhos.

Ministro vê ligação com o crime

Agência Brasil

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, disse nesta terça-feira (3) que o governo federal constatou uma "proximidade indesejável" entre o setor de bets e o crime organizado.

Durante audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para debater a proibição das bets, o ministro afirmou que a medida provisória que proibiu o funcionamento de empresas que operam sites de apostas online contribuiu para o combate ao crime.

"Desafortunadamente, constatamos uma proximidade indesejável da atividade de bets com o crime organizado, com a lavagem de dinheiro", afirmou.

De acordo com dados do Ministério da Justiça apresentados ao Supremo, já foram bloqueados R$ 3,3 bilhões em movimentações suspeitas ligadas às bets. O montante foi alcançado após 21 operações policiais e do Ministério Público realizadas desde 2018.

Segundo o ministro, o crime organizado utiliza o sistema de apostas eletrônicas para dar aparência de legalidade ao dinheiro obtido ilegalmente com o tráfico de drogas e outras atividades ilícitas.

"É relevante que a coletividade brasileira perceba exatamente do que se trata e do que estamos a decidir hoje nesta ocasião aqui", completou.

A audiência pública foi convocada após recursos apresentados ao Supremo pela Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e pelo Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR).

JUSTIÇA

Flávio tenta derrubar ordem de Moraes e afastá-lo do caso

Defesa do senador quer anular a determinação de entrega de passaportes e pede a saída do ministro da investigação. O parlamentar é suspeito de participar de lavagem de dinheiro

Estadão Conteúdo

A defesa do senador Flávio Bolsonaro (PL) pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que revogue a ordem de entrega dos passaportes do parlamentar, determinada após pedido da Polícia Federal (PF) apresentado sete minutos depois de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmar sua derrota na disputa presidencial.

O senador é investigado por suspeita de participação em um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo bets estrangeiras e empresas ligadas ao advogado Willer Tomaz.

Flávio descumpriu a determinação de Moraes e deixou o Brasil utilizando um passaporte italiano. O senador, a mulher e as duas filhas chegaram aos Estados Unidos na última quarta-feira, 28, a bordo de um jato particular que pousou em Miami, na Flórida. A família saiu do território brasileiro por via terrestre e embarcou em Puerto Iguazú, na Argentina. Antes de chegar ao destino, a aeronave fez uma escala no Equador para abastecimento

A defesa do senador, conduzida pelo advogado Tracy Reinaldet, sustenta que as suspeitas envolvendo a estrutura empresarial de Willer Tomaz, a possível lavagem de dinheiro e a atuação de organização criminosa já são apuradas na Operação Sem Desconto, que investiga fraudes no INSS, sob relatoria do ministro André Mendonça. Willer foi alvo de buscas da PF em 4 de agosto. Ele nega irregularidades.

Os advogados de Flávio também tentam retirar a investigação das mãos de Moraes. Para isso, alegam que existem circunstâncias que comprometem a permanência do ministro à frente do inquérito e pedem ao STF o reconhecimento de seu impedimento ou suspeição.

O pedido foi apresentado por meio de agravo regimental, recurso utilizado para contestar decisões monocráticas de ministros e submetê-las à análise colegiada do tribunal.

Para sustentar o pedido de afastamento de Moraes, a defesa aponta conexões entre o ministro e pessoas jurídicas mencionadas na investigação. O argumento se concentra na Fraction 024, empresa vinculada à administração de uma aeronave utilizada tanto pelo senador quanto pelo ministro.

Os advogados alegam que as relações comerciais envolvendo a companhia e o escritório de advocacia de Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro, levantam dúvidas sobre a imparcialidade necessária para a condução do inquérito.

Avião

Em janeiro de 2025, Flávio Bolsonaro retornou dos Estados Unidos ao Brasil acompanhado da família e de Willer Tomaz em um jato administrado pela Prime Aviation, empresa ligada ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro. A aeronave estava vinculada à Fraction 024 por um contrato de cessão com duração de dez anos.

Em agosto do mesmo ano, o avião foi utilizado por Alexandre de Moraes e sua mulher, circunstância agora mencionada pelos advogados de Flávio para fundamentar o questionamento à atuação do ministro. A defesa sustenta que essas conexões justificariam a análise de sua imparcialidade.

Victor Piemonte/STF

Para sustentar o pedido de afastamento de Moraes, a defesa aponta conexões entre o ministro e pessoas jurídicas mencionadas na investigação

Lavagem de dinheiro

A investigação sobre lavagem com casas de apostas estrangeiras chegou ao STF depois que o nome de Flávio Bolsonaro apareceu nas investigações conduzidas pela Polícia Federal no Rio Grande do Sul. Ele figurava entre os “contatos favoritos” do advogado Willer Tomaz em um aplicativo de mensagens que combina criptografia avançada com a autodestruição do conteúdo após uma única leitura.

O senador também é alvo no inquérito que investiga suspeitas de irregularidades no financiamento do filme ‘Dark Horse’.

Zambelli pede dinheiro em comunidade

Ex-deputada criou grupo virtual e cobra R$ 50 de cada apoiador para se manter na Itália

Estadão Conteúdo

A ex-deputada federal e foragida da Justiça brasileira, Carla Zambelli (PL), criou uma comunidade paga para viabilizar sua estadia na Itália. Para fazer parte, apoiadores devem contribuir com R$ 50 mensais.

Zambelli está na Itália desde o ano passado, quando fugiu do país depois de ser condenada a 10 anos de prisão por envolvimento com a invasão de sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e falsificação de documentos oficiais.

Na Itália, ela chegou a ser presa, mas foi liberada após a Justiça italiana negar a extradição. No momento, aguarda julgamento de extradição relacionado a outra condenação: perseguição à mão armada a um jornalista em 2022.

A comunidade foi anunciada em vídeo nas redes sociais da ex-deputada, que alegou que não pode trabalhar porque não consegue abrir uma conta de banco na Itália. Ela afirma também estar com os bens bloqueados.

“Eu tenho certeza que isso pode ajudar em alguma coisa na sua vida, mas se você um dia me admirou, eu te peço essa ajuda: para que você entre nessa comunidade e faça sua inscrição, para que eu possa me manter aqui na Itália, até as coisas se resolverem no Brasil, até eu poder ter uma oportunidade de trabalho. Por enquanto eu preciso da sua ajuda”, declarou.

INTERNACIONAL

EUA: democratas alcançam maioria no Senado e lideram na Câmara

Eleições de meio de mandato reservam derrota histórica para os republicanos e para Donald Trump nas duas casas, segundo projeções feitas por redes de TV americanas

Estadão Conteúdo

O presidente Donald Trump sofreu uma derrota expressiva nas eleições de meio de mandato, as chamadas midterms. O Partido Democrata conquistou a maioria das cadeiras no Senado (pelo menos 51 cadeiras permanentes) e deve confirmar a vitória na Câmara dos Representantes - a NBC News e a BBC/CBS projetaram no mínimo 218 assentos.

O resultado estimado na madrugada desta quarta-feira (4) altera o equilíbrio de forças no Congresso e ameaça reduzir a capacidade do presidente de aprovar sua agenda legislativa na segunda metade do mandato.

A oposição conseguiu reverter seis cadeiras que estavam nas mãos dos republicanos, nos estados do Texas, Kansas, Ohio, Iowa, Carolina do Norte e Carolina do Sul. Além disso, manteve outras 11 vagas que já ocupava na Casa. Antes da votação, o Partido Republicano controlava as duas Casas do Congresso, o Senado e a Câmara dos Representantes.

A apuração também aponta para uma mudança de comando na Câmara dos Representantes. Projeções divulgadas pela ABC News indicam que os democratas conquistaram cadeiras suficientes para assumir o controle da Casa.

Caso as projeções se confirmem, Trump terá de lidar com um Congresso majoritariamente oposicionista, cenário que pode dificultar a aprovação de projetos do governo e ampliar a fiscalização sobre suas decisões.

A votação foi marcada por derrotas republicanas em estados tradicionalmente competitivos e até em redutos do partido. Entre os resultados de maior repercussão estão as vitórias democratas no Texas, na Carolina do Sul, na Carolina do Norte e em Ohio.

A insatisfação dos eleitores com o custo de vida, a situação econômica e os efeitos das políticas comerciais de Trump aparece entre os fatores apontados pelas análises sobre o resultado.

Reprodução / Redes Sociais

A oposição conseguiu reverter cadeiras do Senado que estavam nas mãos dos republicanos nos estados do Texas, Kansas, Ohio, Iowa, Carolina do Norte e do Sul

O que são as midterms?

Nos EUA, os deputados cumprem mandatos de dois anos e os senadores, de seis. Assim, a cada dois anos, o Congresso americano passa por uma renovação parcial. Quando as eleições legislativas ocorrem no meio do mandato de quatro anos do presidente, elas são chamadas de midterms - ou eleições de meio de mandato.

Além da disputa por vagas no Congresso, o pleito também pode incluir eleições para cargos estaduais e locais, como o de governador.

Disputa

Todas as 435 cadeiras da Câmara dos Representantes - que equivale à Câmara dos Deputados no Brasil - estão em disputa. Já no Senado, das 100 cadeiras, 35 estão em disputa: 33 vagas que seguem o calendário regular de renovação e duas especiais para preencher cadeiras que ficaram vagas antes do término dos mandatos.

Há também a disputa pelo governo de 36 dos 50 Estados americanos, incluindo Geórgia, Michigan e Alasca. Outros três territórios americanos também escolhem um novo governador: Guam, Ilhas Virgens Americanas e Ilhas Marianas do Norte.

Texas: Talarico quebra escrita de 38 anos

O democrata James Talarico venceu o republicano Ken Paxton na disputa por uma cadeira no Senado dos Estados Unidos pelo Texas. O resultado encerra um intervalo de quase quatro décadas sem vitórias democratas para o cargo no Estado: a última conquista do partido havia ocorrido em 1988.

Ex-professor e ainda pouco conhecido no cenário político estadual até o ano passado, Talarico concentrou sua campanha no aumento do custo de vida e nas dificuldades econômicas enfrentadas pela população durante os governos republicanos. A estratégia contrastou com a de Paxton, procurador-geral do Texas, que procurou associar o adversário a posições progressistas consideradas distantes do eleitorado local.

Paxton contou com o apoio do presidente Donald Trump e participou de eventos de campanha ao lado do republicano. O respaldo, porém, não foi suficiente para garantir sua eleição, mesmo em um Estado que deu a Trump uma vantagem de quase 14 pontos percentuais na disputa presidencial de 2024.

A candidatura de Paxton também foi marcada por controvérsias. Em 2023, ele enfrentou um processo de impeachment conduzido por integrantes do próprio Partido Republicano, sob acusações de corrupção. O procurador-geral acabou absolvido pelo Senado estadual.

Durante a campanha, Talarico ainda direcionou críticas ao bilionário Elon Musk, principal financiador da candidatura adversária. Musk destinou US$ 158 milhões, o equivalente a cerca de R$ 867 milhões, a um comitê de ação política (super PAC) que apoiou Paxton.

Notificação

O governo Trump notificou o conhecido advogado democrata Marc Elias e outras pessoas sobre a possibilidade de eles serem alvos de investigação, que envolve um candidato ao Senado que compartilha o nome com o titular republicano.

O Departamento de Justiça de Trump está investigando a decisão do professor aposentado Dan J. Sullivan de concorrer ao Senado, uma deliberação que o presidente diz que confundiu os eleitores porque ele compartilha o primeiro nome e o sobrenome com o titular republicano Dan S. Sullivan.

INTERNACIONAL

Ameaças de bomba em sete voos fecham aeroportos na Europa

Apesar de nenhum artefato explosivo ter sido encontrado nas inspeções, alertas assustaram passageiros e tripulações de sete aviões em diferentes países do continente

Estadão Conteúdo

Pelo menos sete voos na Europa foram alvos de ameaças de bomba nesta terça-feira, 3. Os episódios ocorrem após outro alerta registrado na segunda-feira, 2. Nenhum artefato explosivo foi encontrado nas inspeções concluídas.

Segundo a agência britânica Reuters, as ameaças obrigaram algumas aeronaves a alterar suas rotas e levaram ao fechamento temporário de um aeroporto na Polônia.

Ainda de acordo com a agência, as autoridades desviaram um voo da companhia aérea LOT, que havia partido de Londres, para o aeroporto de Modlin. A aeronave deveria pousar no aeroporto de Chopin, na capital polonesa.

O terminal de Modlin foi fechado temporariamente enquanto o avião passava por inspeção. A administradora do aeroporto informou que nenhum artefato explosivo foi localizado e que as operações foram retomadas em seguida.

A agência britânica afirmou que outro voo com destino a Varsóvia, operado pela SAS e que havia partido de Copenhague, pousou normalmente no aeroporto de Chopin. A administração comunicou que nenhum explosivo foi encontrado e que o terminal continuou funcionando.

Segundo o The Guardian, em Sofia, capital da Bulgária, duas aeronaves provenientes de Bergarmo, na Itália, e, Dublin, na Irlanda, pousaram após ameaças de bomba. Unidades antiterroristas fizeram buscas por possíveis explosivos nos aviões, conforme informou o secretário-geral do Ministério do Interior, Lyubomir Nikolov, à agência de notícias BTA.

O The Guardian ainda divulgou que outros dois voos também tiveram alerta: voo da Ryanair de Lisboa, em Portugal para Roma, na Itália; voo da Ryanair de Dublin, na Irlanda, para Roma, Itália. Foram confirmados que os dois alarmes também eram falsos.

Alerta

A Reuters também tinha confirmado, no dia anterior, sobre um voo da companhia Wizz Air, que partiu de Londres com destino a Sófia, e foi desviado para o aeroporto de Budapeste após um alerta de bomba.

A informação foi divulgada pelo ministro da Defesa da Hungria, Romulusz Ruszin-Szendi, em uma publicação no Facebook.

A agência britânica afirmou que, nesta terça-feira, o aeroporto de Múrcia, no sudeste da Espanha, foi isolado após uma ameaça de explosivo ter sido relatada em um voo Ryanair vindo de Manchester, na Inglaterra.

Autoridades disseram que o alarme foi falso, já que nenhuma bomba foi encontrada a bordo. O aeroporto retomou as atividades normalmente.

Reprodução

Avião que havia partido de Copenhague pousou normalmente no aeroporto de Chopin. Nenhum explosivo foi encontrado

Groenlândia aprova acordo de segurança

Pacto trilateral com Dinamarca e EUA abre caminho para mais bases americanas na ilha

Estadão Conteúdo

A Groenlândia aprovou nesta terça-feira, 3, o acordo entre a ilha, a Dinamarca e os Estados Unidos para fortalecer a segurança no Ártico e no Atlântico Norte, após meses de pressão do presidente dos EUA, Donald Trump, que buscava controlar o território semiautônomo de um aliado da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

O acordo trilateral abre caminho para mais bases americanas na Groenlândia e ameniza as tensões causadas pelos repetidos apelos de Trump para que a vasta ilha passe a fazer parte dos Estados Unidos. O objetivo do acordo é reforçar a presença militar dos EUA na Groenlândia, mas manter a ilha autônoma sob controle dinamarquês.

O acordo continuaria válido caso a Groenlândia venha a optar pela independência. Os legisladores da Groenlândia votaram 16 a 0 a favor do acordo, com sete abstenções.

Trump, a primeira-ministra dinamarquesa Mette Frederiksen e o primeiro-ministro da Groenlândia, Jens-Frederik Nielsen, assinaram o acordo em setembro, à margem da Assembleia Geral da ONU em Nova York.

Os legisladores dinamarqueses devem debater o acordo ainda este mês. O acordo "entrará em vigor" assim que os "processos parlamentares necessários do Reino da Dinamarca, em conjunto com a Groenlândia, forem concluídos".

Na semana passada, Trump publicou na Truth Social uma imagem manipulada que retrata o território da Groenlândia transformado em uma gigante pista de pouso militar com aviões de guerra e uma bandeira norte-americana fincada.

A imagem traz a inscrição "Welcome to Greenland", que significa "bem-vindo à Groenlândia" sobreposta ao mapa do território autônomo dinamarquês no Ártico.

A publicação retoma simbolicamente o interesse demonstrado por Trump em relação à Groenlândia, ilha estrategicamente situada e rica em recursos minerais, cuja soberania pertence à Dinamarca.

O presidente chegou a dizer que a Groenlândia possui mais petróleo disponível do que "praticamente qualquer terra, em qualquer lugar do mundo", e acrescentou que as empresas americanas estão se preparando para explorá-lo.

Em publicação na rede Truth Social, Trump disse também que a ilha que pertence à Dinamarca terá um propósito de "segurança, defesa e ataque" para Washington, tendo em vista que qualquer ofensiva contra o território norte-americano teria de passar por lá.

VITRINE

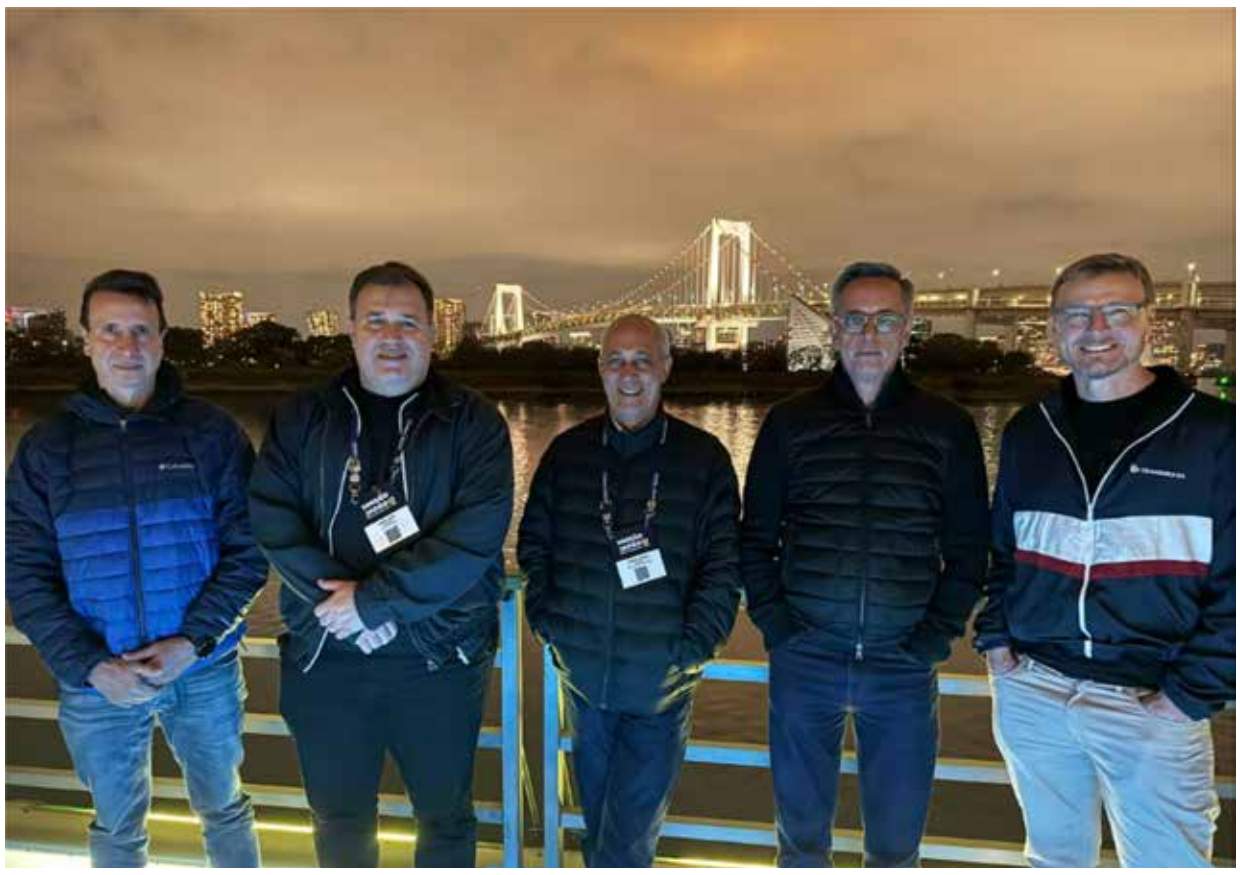
ESPECIAL
MISSÃO JAPÃO
BRASIL EXPORT 2026

DIANA RIBEIRO
vitrine@redebenews.com.br

AS LUZES DE TÓQUIO

Após deixar Osaka, a comitiva da missão do Brasil Export no Japão iniciou sua programação na região de Tóquio nessa terça-feira. E o primeiro compromisso foi uma cativante experiência com o melhor da cultura nipônica: um passeio noturno a bordo da tradicional casa-barco yakatabune pela Baía de Tóquio e pelo Rio Sumida, que corta a capital. A viagem foi brindada com uma excelente gastronomia, com um delicioso jantar oferecido pela Transbrasa, em um ambiente alegre celebrando a amizade e o sucesso da agenda do BE no Oriente. E durante o passeio, os participantes eram convidados a subir ao convés para apreciar algumas das atrações da noite de Tóquio, como a torre Tokyo Skytree e a Ponte Arco-Íris todas iluminadas, verdadeiros ícones da beleza e da modernidade desta metrópole asiática. Esta edição da coluna ainda traz dois flashes da agenda de visitas técnicas desta quarta-feira da comitiva. Fico por aqui, mes petites. Um ótimo dia a todos e até amanhã.

Leopoldo Figueiredo



Eles interromperam um ótimo bate-papo, por alguns instantes, apenas para posar para as lentes da coluna, tendo a bela Rainbow Bridge ao fundo: Ricardo Arten, CEO do Porto Itapoá (SC) e articulista do BE News; Márcio Guiot, diretor de Novos Negócios da JBS Terminais; Osmari Castilho, diretor-superintendente administrativo da Portonave (SC); Celso Peel, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2a Região; e Evandro Pause, diretor-executivo do Órgão Gestor de Mão-de-obra (Ogmo) de Santos (SP).

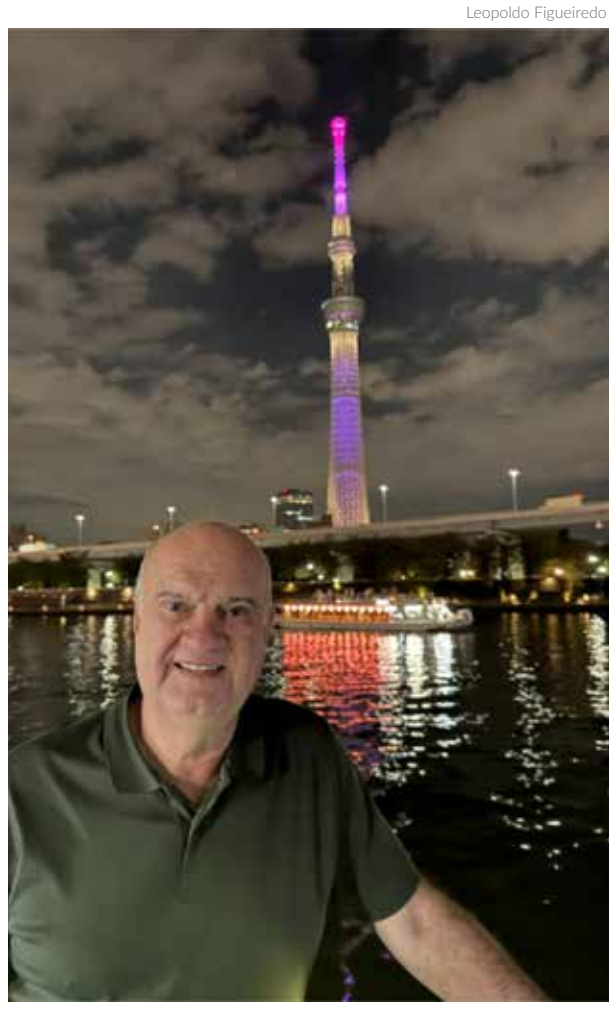
Leopoldo Figueiredo

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rego, e sua esposa, Vilauba, apreciando a iluminada Tokyo Skytree na noite oriental.

Leopoldo Figueiredo

Também apreciando as luzes da capital japonesa e brindando à bela noite de terça, o casal Maurício Wanderley e Josiana.

Leopoldo Figueiredo



Entre debates sobre os avanços do modal rodoviário e visitas técnicas, o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Alex Azevedo interrompeu sua agenda para aproveitar o passeio a bordo do yakatabune

VITRINE

ESPECIAL
MISSÃO JAPÃO
BRASIL EXPORT 2026

Capturado pelas lentes da coluna, o vice-presidente executivo da Ultracargo, Helano Pereira, acompanha atento os avanços tecnológicos do setor de transportes e logística da Terra do Sol Nascente.

Leopoldo Figueiredo

Leopoldo Figueiredo

Na sede do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo (MLIT, na sigla em inglês) do Japão, no coração de Tóquio, representantes do Judiciário, do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos portos brasileiros posam para foto com autoridades locais, após debates sobre os mais recentes projetos do país asiático para o transpporte de cargas. Pela comitiva do Brasil Export, estavam: Gabriel Gadêa (assessor da diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres), Fausto Franco (diretor de Relações institucionais do Grupo Brasil Export), Oquerlina Costa (presidente do Porto de Itaqui), Celso Peel (desembargador do TRT 2a Região), Alex Azevedo (diretor da ANTT), Armando Monteiro Bisneto (diretor-presidente do Porto de Suape), Morgana de Almeida (ministra do Tribunal Superior do Trabalho), Arthur Barros (diretor do Porto de Itaqui) e Gilmar Mendes (ministro do Supremo Tribunal Federal). E também Antônio Mathias Nogueira (diretor da Agência Nacional de Aviação Civil), Flávio Vieria da Silva (diretor-presidente da PortosRio), Vital do Rêgo (presidente do TCU), Breno Medeiros (ministro do TST), Nicole Goulart (diretora executiva nacional do Sest Senat) e Joel Julios (presidente do Conselho Internacional do Brasil Export).